

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

José Adeildo Teixeira dos Santos

“APESAR DE VOCÊ AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA”:
a presença de estudantes negros na Ufal – Unidade Palmeira dos Índios

Palmeira dos Índios

2024

JOSÉ ADEILDO TEIXEIRA DOS SANTOS

“APESAR DE VOCÊ AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA”:

a presença de estudantes negros na Ufal – Unidade Palmeira dos Índios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, *Campus Arapiraca*, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito básico para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento.

Palmeira dos Índios

2024



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Biblioteca Setorial Palmeira dos Índios - BSPI

S237a Santos, José Adeildo Teixeira dos
“Apesar de você amanhã há de ser outro dia”: a presença de estudante negro na Ufal –
Unidade Palmeira dos Índios / José Adeildo Teixeira dos Santos. – Palmeira dos Índios,
2024.

69 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Mayk Andrele do Nascimento.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal de
Alagoas, *Campus Arapiraca*, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios,
2023.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 68 - 72.
Anexos: f. 73 – 77.
Apêndices: f. 78 – 81.

I. Psicologia. 2. Ensino superior. 3. Negros. 4. Universidade Federal de Alagoas. I.
Nascimento, Mayk Andrele do. II. Título.

CDU 159.9

Bibliotecária responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza
CRB - 4 / 1844

José Adeildo Teixeira dos Santos

“APESAR DE VOCÊ AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA”:

a presença de estudantes negros na Ufal – Unidade Palmeira dos Índios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, *Campus* Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito básico para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia.

Data de Aprovação:18/10/2023.

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
MAYK ANDREELE DO NASCIMENTO
Data: 19/12/2023 15:22:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca – Unidade de Palmeira dos Índios

(Orientador)



Documento assinado digitalmente
ANTONIO CESAR DE HOLANDA SANTOS
Data: 21/12/2023 18:01:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca – Unidade de Palmeira dos Índios

(1º Examinador)



Documento assinado digitalmente
SAULO LUDERS FERNANDES
Data: 19/12/2023 18:38:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca – Unidade de Palmeira dos Índios
(2º Examinador)

ZUMBI

Jorge Ben Jor

Angola Congo Benguela
Monjolo Cabinda Mina
Quiloa Rebolo
Aqui onde estão os homens

Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à
venda Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de bois

Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver

Angola Congo Benguela
Monjolo Cabinda Mina
Quiloa Rebolo
Aqui onde estão os homens

Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras

Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver

Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega
É Zumbi é quem manda

Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega
É Zumbi é quem manda, ê

Eu quero ver
Eu quero ver
Eu

AGRADECIMENTOS

Ao **meu divino**; por me permitir ter o conhecimento e o dom da vida, dando-me força e coragem para enfrentar os obstáculos que a vida vem me proporcionando.

Às minhas **ancestralidades**; aos que vieram antes e depois de mim, que lutaram para que hoje eu pudesse estar nesse lugar de fala, que também é nosso.

À minha mãe, **Sônia**; que esteve nos momentos mais difíceis da minha vida. Aos meus **irmãos, Júnior, Margarete, Milton, Gorete, Júlio, Adelson e Marliete**; a todos vocês, meu muito obrigado pelo carinho.

Ao meu **pai**; mesmo não estando mais presente fisicamente para ver meu crescimento, me deixou seus aprendizados de procurar sempre respeitar os outros, independentemente de idade.

Ao meu tio, **Luiz Porfírio**; por abrir as portas da história da nossa comunidade e da nossa ancestralidade, gratidão pelo seu conhecimento.

À minha amiga, **Simone Cordeiro**; por estar sempre ao meu lado, principalmente nas correções do preparatório para o ENEM, onde, às vezes, escrevia duas redações por semana, meu muito obrigado.

À **professora Sônia Soares**; por ter acreditado em mim, dando força, e por ter indicado livros. O que me proporcionou passar no ENEM. Agradeço, também, por ter me apresentado à UFAL.

À professora **Danielle Nóbrega**; pelo carinho e profissionalismo. Posso dizer que ela foi minha madrinha de faculdade, estando sempre ao meu lado para tirar minhas dúvidas, e quando eu dizia: “professora, eu não vou conseguir”, ali estava ela com seus conhecimentos.

Ao meu amigo **Hortêncio**; sou eternamente grato por sua amizade e por me ajudar com as referências.

Aos **porteiros, o pessoal da limpeza e da cantina**; meu muito obrigado por nos proporcionar segurança e limpeza, vocês são muito importantes para a UFAL.

Aos **professores**; que, de uma forma ou de outra contribuíram para o meu crescimento.

Às **pessoas entrevistadas**; sem vocês, esse trabalho não seria possível, a cada um de vocês meu muito obrigado.

Às meninas do NAC, **Ailana Santanna, Maria Rosilene e Maria Clara**; sou

eternamente grato a vocês pelo carinho e paciência que, aos longos desses anos, tiveram comigo.

Às minhas amigas, **Juhlly e Inayana**; pelo carinho e amizade, não me deixando só nos momentos mais difíceis na faculdade. Não tive vergonha de chorar diante delas, seus ombros foram muito importantes naqueles momentos.

Ao meu orientador, **Mayk Andreele do Nascimento**; por estar ao meu lado desde o primeiro dia de faculdade, com seus conhecimentos, e ajudando para que esse trabalho não ficasse só a minha cara, mas a cara de cada um que acredita em uma igualdade para todos, e que a luta do negro não pode ser só dele, mas de todos, porque, esse país foi formado por mãos de indígenas e, dando continuidade, aos negros até os dias atuais. Obrigado, professor, pela oportunidade de fazer com que eu pudesse me descobrir, conhecer minhas ancestralidades, suas dores e agonias até o leito da morte. Vidas negras importam!

*Eu tenho um sonho que um dia essa
nação levantar-se á e viverá o verdadeiro
significado da sua crença:
“Consideramos essas verdades como
auto-evidente que todos os homens são
criados iguais.*

(Martin Luther King Jr.)

RESUMO

A presente produção constitui-se em um trabalho de conclusão de curso com objetivo geral de fazer uma reflexão sobre a presença dos estudantes negros na UFAL - Unidade Palmeira dos Índios. Deste modo, o estudo mostra que após 135 anos de liberdade, o povo negro continua lutando para não ser privado do conhecimento. Nesse contexto, a lei 12.711/12, que é a Lei de Cotas, se tornou muito importante para todos. A presente pesquisa foi construída a partir da revisão bibliográfica acerca da temática em questão, e contou com a realização de entrevistas com estudantes dos Cursos de Psicologia e Serviço Social da Unidade Palmeira dos Índios da UFAL. Os sujeitos que foram entrevistados relatam sobre o racismo e preconceito, com a falta de conteúdos e professores negros na UFAL. Dessa forma, podemos refletir acerca das dificuldades enfrentadas pelos(as) estudantes negros(as), e como eles fazem para lidar com essas adversidades e permanecerem em um ambiente ainda marcado pelo racismo institucional.

Palavras-chave: Universidade; negro/a; racismo; cotas; UFAL Palmeira dos Índios.

ABSTRACT

The present production constitutes a final paper with the general objective of reflecting on the presence of black students at UFAL - Palmeira dos Índios Unit. Thus, the study shows that after 135 years of freedom, black people continue to struggle not to be deprived of knowledge. In this context, Law 12.711/12, which is the Quota Law, became very important for everyone. The present research was built from the bibliographic review about the theme in question, and included interviews with students of the Psychology and Social Service Courses at Palmeira dos Índios Unit at UFAL. People who were interviewed report on racism and prejudice, with the lack of content and black teachers at UFAL. In this way, we can reflect on the difficulties faced by black students, and how they deal with these adversities and remain in an environment still marked by institutional racism.

Keywords: University; black people; racism; quota; UFAL Palmeira dos Índios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Os três grandes abolicionistas negros brasileiros que se destacaram na segunda metade do século XIX: Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.	29
Figura 2 -	Negros festejam o dia 13 de maio de 1888 comemorando sua “libertação”.	31
Figura 3 -	Terreiro para colocar o café: Fazenda Encantada (Bom Conselho -PE).	73
Figura 4 -	Casa do senhor Valdemar Guedes, proprietário das terras que meu povo trabalhava, na colheita de café e no campo	73
Figura 5 -	Foto da escola onde estudei. Comunidade Quilombola Amargoso (Bom Conselho-PE), 1988.	74
Figura 6 -	Foto da sala de escola. 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª séries do Ensino Fundamental. Todos juntos para uma única professora.	74
Figura 7 -	Foto atual da escola que estudei. Com destaque para o nome da escola, em homenagem à esposa do fazendeiro que meu povo trabalhava.	75
Figura 8 -	Imagem do meu Quilombo Amargoso.	75
Figura 9 -	Imagem da frente da UFAL - Palmeira Dos Índios.	76
Figura 10 -	Estacionamento da UFAL - Palmeira Dos Índios.	76
Figura 11 -	Imagem do jardim da UFAL em 2019.	77
Figura 12 -	Imagem do jardim da UFAL em 2023.	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: “VOU APRENDER A LER PARA ENSINAR MEUS CAMARADAS”	14
2	BRASIL, UM PAÍS ESCRAVOCRATA MARCADO POR DOR E SOFRIMENTO	18
2.1	<u>A história do Negro no Brasil: a primeira moeda em um país escravocrata</u>	18
2.2	<u>Cada negro que for, mais um negro virá para lutar</u>	22
3	Ô DONA ISABEL, QUE HISTÓRIA É ESSA DE TER FEITO ABOLIÇÃO? ESTOU CANSADO DESSA CONVERSA, ESTOU CANSADO DESSA ILUSÃO	28
3.1	<u>O sonho de um dia ter a liberdade do conhecimento</u>	28
3.2	<u>14 de maio: O dia que ainda não acabou</u>	30
3.3	<u>Ciência e letra não são pra ti, Pretinho da Costa não é gente aqui!</u>	34
3.4	<u>“Ninguém liberta ninguém, as pessoas se libertam com a Educação”</u>	36
4	COTA NÃO É ESMOLA: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS	39
4.1	<u>“Eu vou à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada”</u>	39
4.2	<u>O negro se descobrindo na universidade</u>	43
5	A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ESTUDANTES NEGROS/AS DA UFAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS	47
5.1	<u>Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas</u>	47
5.2	<u>Na avenida deixei lá, a pele preta é a minha voz</u>	50
5.3	<u>O mundo é colorido e a pele tem cor também</u>	52
5.4	<u>Permita que eu fale e não minhas cicatrizes</u>	54
5.5	<u>Amanhã vai ser outro dia</u>	55
5.6	<u>Olha moço, fique esperto que não sou menino!</u>	59
5.7	<u>A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar!</u>	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXO A – FOTOS	73

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	78
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)	79

1 INTRODUÇÃO: “VOU APRENDER A LER PARA ENSINAR AOS MEUS CAMARADAS”

Venho de uma comunidade quilombola¹ onde era comum os homens trabalharem e as mulheres serem donas de casa, ou seja, onde não existia a perspectiva de avançar nos estudos e ingressar em uma universidade. A minha mãe foi contra tudo isso, e nos incentivou a não se contentar apenas em trabalhar ou em ser dona de casa. Minha irmã foi a primeira da família e da comunidade a abrir as portas da universidade. Com isso, fui incentivado e larguei um trabalho bem remunerado, com plano de saúde, para seguir meu sonho, que era ingressar na universidade. Essa minha escolha deixou muitas dúvidas nas pessoas, e alguns diziam: “ele é louco!”.

Desde quando entrei na Universidade, surgiu o interesse de saber o porquê de ter tão poucas pessoas negras e indígenas na Universidade Federal de Alagoas, unidade Palmeira dos Índios, visto que é uma região onde predomina negros/as e indígenas, o nome da cidade fala por si só. Então, na prática, era para ter um número considerável de pessoas estudantes dessa região, tanto de negros/as, quanto de indígenas. Porém, quando você entra na UFAL, percebe-se que existe uma grande maioria de pessoas brancas, principalmente no curso de Psicologia.

A pesquisa vem tratar da entrada dos/as negros/as na universidade, contextualizando como se deu a luta desse processo de inserção no meio acadêmico, uma longa caminhada que necessita ser visibilizada. Assim, buscou-se reconhecer a importância da Lei de Cotas e, em paralelo, identificar quais são os entraves socioculturais que impedem o acesso e a permanência dos alunos negros/as na universidade.

Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar quais são os fatores que dificultam a entrada e permanência dos estudantes negros/as na universidade. Além disso, os objetivos específicos são: investigar quais são as dificuldades encontradas pelos estudantes negros/as durante sua formação, e quais são as estratégias para lidar com essas dificuldades; compreender como se deu o processo de aceitação e afirmação da própria negritude entre os estudantes do curso de Serviço Social e de Psicologia; e, investigar a presença do racismo institucional na

¹ Comunidade quilombola Amargoso, município de Bom Conselho - PE, localizada às margens da PE 218, km 43.

formação dos estudantes.

Diante disso, foi buscado investigar um tema que pudesse alcançar os dois cursos sem distinção, sobre a presença de estudantes negros/as na UFAL, unidade Palmeira dos Índios. Foi observado, logo de cara, que a grande maioria dos professores são brancos, com suas temáticas embranquecidas, não que eu tenha alguma coisa contra as pessoas brancas, mas, em um contexto em que a grande maioria são negros/as e indígenas, era de se esperar mais professores com as nossas características.

Quando você convive com pessoas que te representam, as coisas ficam muito mais fáceis de serem entendidas, e ao mesmo tempo, acaba passando uma segurança, fazendo com que nós sintamos que pertencemos a esse lugar que também é nosso, ou seja, o *lugar de fala*, que Djamila Ribeiro (2017) expõe em sua obra, que não se remete só às mulheres, mas nesse contexto, a todos que, de uma forma ou de outra, estão silenciados por uma minoria que acredita que o conhecimento tem cor e nome. A autora pontua que:

O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos, e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros (Ribeiro, 2017, p. 20).

Dessa forma, o meu objetivo é fazer com que essa pesquisa possa chegar não só no meio acadêmico, mas também, levar esse debate para as escolas, comunidades e congressos. Porque, sabemos que o problema não está só na universidade de Palmeira dos Índios, visto que o colonialismo se instalou no Brasil, impondo que, o que é bom é o branco.

Além disso, ao analisar a história do Brasil, o problema que encontramos foi que não houve projetos na educação que incluíssem os negros/as e indígenas. Tudo foi feito com um público-alvo, que pudesse mais tarde explorar aqueles que não tinham o conhecimento, visto que o conhecimento é libertador.

Acredito que, enquanto a gente estiver preso nesse sistema, em pensar que não podemos lutar por uma igualdade, onde todos possam gozar dos mesmos direitos, as injustiças contra o povo negro/a continuarão sistematicamente, cada vez mais violentas. Busco, com isso, passar para os leitores negros, brancos e

indígenas, que a arma que podemos construir é através de um mundo mais fraterno, buscando conhecer cada território, e entendendo que podemos ser todos iguais, sem o racismo e o preconceito.

Em razão de que os negros/as nunca foram o problema desse país, ao contrário, porque, por onde ando, encontro as marcas do meu povo em belas construções. Podemos perceber na música, por exemplo, onde temos, no samba, um Cartola; no futebol, um Garrincha; na literatura, a primeira pessoa a escrever um romance no Brasil, Maria Firmina dos Reis.

Sendo assim, a história tem que ser contada de uma perspectiva que inclua a população negra. Estamos cansados dessas fantasias que estão nos livros didáticos, que contam só as partes positivas em um país colonial, onde uma parcela da população tinha que trabalhar e outros gozar suas liberdades.

Estamos condicionados em vários aspectos como seres invisibilizados, nas escolas, na política e, em cargos públicos. Esse é o grande problema desse país, que vem se perpetuando por séculos: a desigualdade racial, pois, a cada dia ela só aumenta, e o brasileiro aprendeu a naturalizar isso como algo normal. Com isso, esse trabalho vem mostrar toda a luta de um povo que foi caçado, que sangrou, suou, foi estuprado, humilhado, em busca de uma única coisa, “a liberdade”, mesmo depois de 135 anos.

Em relação à lei áurea, acredito que ela ainda não chegou para a população negra do Brasil. As coisas ficam explícitas quando observo a bandeira com o nome “ordem e progresso”, e surge o questionamento: “ordem para quem? E, progresso para quem?” As respostas logo vêm, é só ver a trajetória do povo negro/a.

Dessa maneira, o único projeto que funcionou no Brasil foi o genocídio do povo negro (Nascimento, 1978). Eu sugiro pensarmos em novos caminhos para que a história possa ser contada. Além disso, para que possa acontecer, o primeiro passo é questionar quem somos e a qual lugar pertencemos. Com intenção de fazer com que isso aconteça, temos que abrir espaço com o povo negro/a. Isso é o que pretendo e venho fazendo com esse trabalho, não deixando-o só na escrita, mas levando-o adiante com a voz, fazendo com que os meus antepassados vivam, como diz Alcione: “não deixe o samba morrer/não deixe o samba acabar/o morro foi feito de samba/de samba para gente sambar”².

² NÃO deixe o samba morrer. Compositores: Édson Conceição e Aloísio Silva. Intérprete: Alcione. *In*: A Voz do Samba. Intérprete: Alcione. São Paulo: Philips, 1975. 1 Disco de Vinil (Lp).

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, discorreremos contando um pouco da história dos negros e sua captura até chegar ao Brasil. Pode ser percebido que, os/as negros/as eram os estrangeiros que não foram convidados a entrar e permanecer aqui, na realidade, eles não sabiam para onde estavam sendo levados. Suas lutas já começavam durante a própria captura, feita como que fossem animais selvagens a serem domesticados para o trabalho, deixando para traz famílias, religiões e suas culturas.

Diante da exploração, prisões e todos os tipos de torturas, aconteciam fugas, fazendo com que os negros/as buscassem formar quilombos, onde poderiam se defender e criar suas famílias. Em 1888, ocorre o fim da escravidão, e a luta passa a ser por igualdade.

No segundo capítulo, abordaremos sobre a tão sonhada liberdade, desejada por muitos antes mesmo da Princesa Isabel assinar a Lei Áurea. Para que pudéssemos ter essa “liberdade”, tivemos o trabalho dos abolicionistas, que foi muito importante, personagens que estão escondidos até hoje devido ao racismo estrutural, que continua forte nos dias atuais em nosso país.

Após a abolição, a luta ficou mais forte, com o objetivo de conseguir que os negros se inserissem nas escolas, porém, um período de racismo e preconceito se fortalecia. Diante disso, foram feitos projetos para que a educação favorecesse aos brancos, estudar era um privilégio que não era para os/as negros/as, não nessa sociedade que o tempo todo procurou se proteger por trás do racismo, que vem nos perseguindo.

No terceiro capítulo, discutiremos as políticas de cotas, as ações afirmativas e a presença dos estudantes negros/as na UFAL de Palmeira dos Índios, percebendo o quanto que foram e são importantes as políticas públicas, desde o seu surgimento até os dias atuais. Diante disso, trago, também, a importância das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, além da implementação da lei de cotas 12.711/2012. Contarei um pouco da minha vivência na UFAL, e o quanto as cotas foram importantes para a minha comunidade, proporcionando a possibilidade de outras pessoas ingressarem nas faculdades.

No quarto capítulo, falaremos acerca das entrevistas realizadas com os alunos dos cursos de Psicologia e Serviço Social, observando seus relatos de como são suas vidas dentro e fora da universidade, de como eles veem essas questões raciais, as cotas e de não terem suporte teórico aos negros nos cursos. Além disso,

percebe-se como foram suas identificações enquanto pessoas negras na faculdade, os preconceitos por serem negros e a aceitação no contexto social, na infância e nos ensinos Fundamental e Médio.

Nas considerações finais, faremos um resumo de tudo o que foi abordado e discutido ao longo dos quatro capítulos.

2 BRASIL, UM PAÍS ESCRAVOCRATA MARCADO POR DOR E SOFRIMENTO

O presente capítulo pretende traçar um breve panorama da história da população negra no Brasil. Ao conhecer a trajetória histórica desse povo e refletir sobre as suas lutas por condições de vida mais dignas é possível entender melhor as conquistas e os dilemas enfrentados no momento atual. Assim, também é possível entender o processo de conquista de direitos, sendo um destes a implementação do sistema de cotas o que contribuiu com a sua inserção ao ensino superior.

2.1 A História do Negro no Brasil: a primeira moeda em um país escravocrata

Partimos do pressuposto de que não é possível entender a realidade socioeconômica da comunidade negra no momento atual sem considerar o seu passado de privação de direitos e liberdade, e como se deu a sua inserção em uma sociedade escravocrata e racista que já determinava quem o negro era e qual era o seu valor, sendo este, aos olhos dos colonizadores um estrangeiro desconhecido e marginalizado sem cultura e sem raízes.

Schwarcz e Starling (2015, p. 79 *apud* Santos, 2020, p. 17) também valida essas ideias ao pontuar que: “O negro foi introduzido no Brasil na condição de estrangeiro, o estrangeiro que não foi convidado, tampouco pode decidir se gostaria de vir para o “novo mundo” na condição de escravo”.

Quando falamos dos povos negros, temos que entender que eles chegaram ao Brasil como estrangeiros, é preciso pensar se eles realmente queriam vir para a chamada terra “prometida”. Na realidade, muitos desses estrangeiros não sabiam para onde estavam sendo levados, pois eles eram obrigados e tirados a força do seu lugar.

Hoje, nós, os negros, rejeitamos qualquer tipo ou forma de mandato apresentado pelo homem branco em nosso nome - nem o mandato dos representantes do capitalismo nem de qualquer ideologia político- social, doutrina ou sistema que não seja uma autêntica expressão da experiência negra, assim como dos objetivos culturais, políticos, econômicos e humanísticos da Revolução Africana (Nascimento, 1978, p. 27).

Ainda de acordo com as ideias de Nascimento (1978), é possível destacar

que nós, da comunidade negra, não aceitamos qualquer forma de opressão e intimidação, porque aprendemos a lutar pelos nossos direitos, estando amparados em Leis que existem para nos garantir proteção diante de uma sociedade classista e discriminatória.

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido (Nascimento, 1978, p. 49).

No entanto, na visão desses autores, apesar de a população negra ter contribuído, ainda precisa ser reconhecida pela sua história de luta, marcada por tanto sofrimento, que, de alguma forma, foi encoberto pela comunidade branca. Nos dias atuais, é difícil entender a cultura brasileira sem considerar a cultura africana, diante da contribuição sociocultural da população negra.

Assim, a maneira que os colonizadores encontraram de obter mão de obra barata e trazê-la para o Brasil foi sequestrar e escravizar os negros oriundos da África, pessoas com olhos cheio de lágrimas, que eram marcados e tratados como animais, para que fossem identificados como propriedade de alguém. Com eles vinha a dor de deixar suas famílias, sua cultura, suas raízes para morrer em uma terra desconhecida, de uma língua estranha, formada por capitães e coronéis, que os forçavam as piores humilhações, desde o trabalho forçado até o sexual (Nascimento, 1978).

Nascimento (1978) aponta, ainda, em seu trabalho, como os negros eram tratados no nosso país, tendo que viver uma vida de privação e sofrimento e, ao mesmo tempo, alimentando a esperança de um dia voltar para sua casa e para seu povo ou de conseguir a formosa liberdade ou carta de alforria. Ao chegarem no país, perdiam sua identidade cultural e religiosa, deixavam de ser vistos como gente e se inseriam em uma sociedade que não se organizou para tratá-los como seres humanos e como "iguais". Eram forçados a receber um novo nome, dado por seus "senhores", o que confirmava que eles agora tinham um dono e pertenciam ao senhor daquela propriedade.

A partir de 1535, o comércio de escravizados no Brasil é legalizado, agora a carne da população negra passa a ter preço, deixam de ser homens ou mulheres, e passam a ser vistos e tratados como animais. Nesse período, a escravidão virou

algo “normal”, recorrente, criando um mercado lucrativo para os colonialistas, que traficavam e faziam a venda, bem como para os proprietários da mão de obra. Caso o “produto” vendido (os negros traficados) não estivessem em “perfeitas condições” (estivessem adoecidos), estes seriam remanejados até estarem preparados para serem postos à venda, em leilões (Schwarcz; Starling, 2015 *apud* Santos, 2020).

Segundo Schwarcz e Starling (2015 *apud* Santos, 2020), foram conduzidos, para o continente americano, de 8 a 11 milhões de africanos escravizados, não sendo este o número exato devido a muitos terem entrado ilegalmente em território estrangeiro. Desse número, cerca de 4,9 milhões vieram para o Brasil. A maior parte dos escravizados foram levados para a região nordeste, marcada pela produção de cana- de açúcar, principalmente, pelos estados de Pernambuco e Bahia.

As descobertas de ouro e diamantes no século XVIII no estado de Minas Gerais deslocam o ponto focal dos escravos africanos mais para o sul. O mesmo fenômeno se repetiria quando, na primeira metade do século XIX, a queda da produtividade das minas e o início do chamado ciclo do café, cujas plantações se localizavam principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, outra vez dirigiu a migração escrava mais para o sul (Nascimento, 1978, p. 49).

O foco, agora, já não era mais a região nordeste, mas o sul e o norte, pois eles precisavam de mão de obra barata, que conseguisse trabalhar em um clima desfavorável, ora em regiões muito quentes, ora em regiões muito frias, e que suportassem ser transportados em um ambiente com pouco espaço e pouca ventilação. Estas viagens poderiam levar aproximadamente 50 dias de fome, sede, exposição ao frio ou calor, além de um número elevado de doenças infecciosas e mortes.

A violência fazia parte de um conjunto de técnicas e instrumentos de torturas e castigos, que eram usados para punir a desobediência e manter a submissão das pessoas na condição de escravos. Os castigos eram importantes para que o negro interiorizasse as ideias negativas de si e de sua “raça”. Essas ideias foram devastadoras para os negros que, na atualidade, vivem uma dualidade entre o seu lugar de direito e o que lhe foi imposto historicamente na sociedade brasileira (Valente, 1987 *apud* Santos, 2020, p. 24).

Outra técnica que os colonizadores usaram para aprisionar a comunidade negra foi recorrer à religião cristã, pregando e impondo o nome do seu Deus, como se este fosse o único aceitável e correto, para que os negros fossem levados a

esquecer suas divindades ou suas próprias crenças religiosas. Assim, o controle que os brancos colonialistas tinham sobre eles era tão grande que utilizavam a religião cristã para coagi-los a seguir a sua doutrina. E, aqueles que não cumpriam as suas normas, crenças e ensinamentos ditos “cristãos” eram acorrentados e julgados como seres incapazes de tomarem decisões.

Diante de um contexto de aprisionamento, os jesuítas eram responsáveis por pregar sua religião e torná-los seguidores de um único Deus. Como afirma Nascimento (1978), na Bahia de 1633 viveu um famoso jesuíta, o Padre Antônio Vieira, célebre orador sacro, que costumava pregar e manipular os escravizados usando estes termos:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos ... por que nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar (Vieira, 1633 *apud* Nascimento, 1978, p. 52).

Desse modo, a ideologia cristã ajudava a disseminar a visão de que a escravidão era o destino dos escravos e um fardo para ambos - senhores e escravizados, cabendo ao senhor disciplinar sua mão de obra, lhes moldando à rotina de trabalho sob coerção moral e castigos físicos, tanto para ensiná-los a obedecer quanto para inibir as tentativas de fuga (Schwarcz; Starling, 2015 *apud* Silva, 2020, p. 20).

Esse processo de coerção feito pela comunidade cristã para manipular os escravos foi algo que se estendeu por décadas e séculos, afetando a vida de milhares de negros que foram trazidos para o nosso país. Esse processo de coerção e intimidação ideológica feita pelos jesuítas se estendeu mesmo após o processo de abolição da escravidão.

Durante esse processo de privação de direitos, houve muitas fugas e revoltas empreendidas pelos negros, que buscaram, através das resistências, outras formas de sobrevivência nesse território. Tal situação é exemplificada na história de Dandara, do quilombo de Palmares, que preferiu a morte à escravidão, e lutou por uma vida isenta de torturas, correntes, chicotes e privação. Foi graças a personagens como ela que os quilombos ou pequenos mocambos, espaços de lutas por direito e resistência, foram criados e se expandiram por todo o território brasileiro, dando aos negros liberdade para plantar e exercer suas tradições

culturais e religiosas.

2.2 Cada negro que for, mais um negro virá para lutar

A luta pelo fim da escravidão no Brasil foi um processo árduo, que durou anos, esse movimento existe desde o começo da escravidão e culmina no processo da abolição, em 1888. No entanto, ainda, nos dias atuais, essa luta por liberdade persiste e vem resistindo ao longo dos anos. Nesse contexto, podemos perceber o quanto foi importante o trabalho dos abolicionistas naquela época, para que os negros tivessem “a sonhada liberdade”, porém eles já lutavam por liberdade muito antes da abolição de 1888. Além disso, grandes personagens se sensibilizaram pela luta dos negros, foram eles: Luís Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Resistir é acordar todos os dias sabendo que fazemos parte de um país racista e preconceituoso, e saber que a nossa história é marcada por resistência e luta. Ao ouvir os sons dos tambores buscamos a coragem de reivindicar nossos direitos. Somos a população que mais morre, ocupamos a maior parte das penitenciárias no Brasil e recebemos as abordagens mais ofensivas. A nossa luta é o que nos mantém vivos, em busca do sonho de uma sociedade mais justa, democrática, queremos garantido o nosso lugar de fala e ocupar os mais altos níveis de poder, porque negro é liberdade. Como diria a canção, “negro é a raiz da liberdade”.

Hoje, reconhecemos dois heróis nacionais: Tiradentes e Zumbi dos Palmares, um é branco e tem feriado, e o outro é negro, inferiorizado e esquecido por um país que finge querer esconder os verdadeiros personagens que o carregaram nas costas e nas mãos, resistindo a todos os tipos de maus-tratos e exploração. Um exemplo disso é que o Dia da Consciência Negra não é respeitado por todos os estados brasileiros, apesar de toda a história de luta e resistência de um povo que reivindica, desde três séculos, pela sua liberdade e igualdade.

Vale lembrar que estamos em uma sociedade racista, onde os negros são vistos como sem moral e sem valor devido a sua cor, pois, o que define o ser humano no Brasil é sua classe e raça³. Desde os tempos coloniais, prevalece o

³ Para melhor compreensão sobre esse assunto leia: GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade

medo de querer lutar por sua liberdade. Assim, acabamos ficando reféns daqueles que dizem que detém o poder, ou seja, os brancos, que até hoje usam do negacionismo para dizer que somos livres. Segundo Silva (2020):

O emprego da força, da violência e do constante clima de medo eram tidos pelos senhores como necessários para o estabelecimento da ordem, de outro, o uso da violência pelos escravizados se dava em tom de contestação à ordem vigente e ao uso da violência empregada. A tentativa de fuga para as matas, na busca da reconstituição dos modos de vida conhecidos em África, constituiu-se como um outro modo de vida em terras brasileiras, onde pudessem exercer sua liberdade (Silva, 2020, p. 22).

Devido à violência sofrida ao serem capturados, os negros já chegavam ao Brasil com o pensamento de fuga para buscar uma vida melhor. Porém, a violência sofrida era grande, tanto física como mental, sendo obrigados a trabalhar por sua própria sobrevivência, e em condições difíceis como dormir em camas de varas, com pouca higiene ao utilizar capim seda como colchão, pois, o mesmo servia também para os animais, transmitindo bactérias etc.

Em uma época em que o trabalho não era diferenciado entre homens e mulheres, entre os invernos gelados e verões escaldantes, as mulheres faziam os mesmos serviços dos homens. Como exemplo disto, minha mãe conta que teve que ir para o roçado, na adolescência, antes de conhecer meu pai. A família dela não tinha onde ficar ou morar, então, tinha que se submeter às condições dos senhores, viver e resistir a toda forma de humilhação que se era implantada nesse período. Outras mulheres, no quilombo, contam que, no inverno, o frio era grande, e isso acabava prejudicando o rendimento nas colheitas de café. Porém, a fome que sentiam era maior e elas precisavam trabalhar para o sustento da família⁴.

No relato da minha tia, ela conta que muitas vezes não dava tempo de esperar o filhote de galinha crescer, pois precisava alimentar seus filhos. Era um momento que poderíamos comer bem, mas era muita gente, então não sobrava para outra refeição. Na colheita, não podia pegar nada de fruta, e a patroa dizia: “lá vem às negras da peste”! Tínhamos que ser fortes. Segundo meus familiares, na

brasileira. In. LUZ, M. T. (Org.). **O lugar da mulher negra**: estudo sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

⁴ Venho de uma comunidade quilombola, Amargoso, que fica às margens da PE 218, s/n km 43, Bom Conselho. Todos os meus familiares trabalharam para o então Sr. Valdemar Guedes, que aos longos dos anos fez, “uma doação de duas tarefas de terra para cada morador do quilombo”. Meu pai era agricultor e minha mãe auxiliar de serviços gerais. Foi através do incentivo da minha mãe que eu e meus irmãos conseguimos estudar e entrar na universidade, assim incentivando outras pessoas da comunidade.

fazenda tinha um tronco antigo com marcas de judiações, esse mesmo instrumento ficava em um local visível, onde todos pudessem ver e tirar suas próprias conclusões, e assim, ainda hoje, está guardada na memória a sombra desse tronco e suas cicatrizes.

Além disso, uma gravidez nunca era problema para uma mulher parar de trabalhar, seja nas lavouras ou nas casas dos senhores, tudo isso era uma forma de sobrevivência. Em contrapartida, o sofrimento era grande, o que acarretava até mesmo em suicídio, que era cometido para não se submeter ao trabalho ou outras formas de torturas e repreensões. Um exemplo foi o caso de Dandara, que preferiu se jogar de um penhasco do que ser escravizada; outros se enforcavam ou pulavam das navegações.

Ainda para poder ter o negro nas suas terras, os senhores tinham como cão de guarda os caçadores, ou seja, homens do mato contratados para caçar negros fugitivos. Os coronéis obtinham o apoio do governo através de uma hierarquia branca, isso só dificultava e diminuía as possibilidades de fuga, e a última forma era resistir a todos os processos de castigos e humilhações que tinham naquelas fazendas, pois o estado estava cada vez mais forte e preparado para capturar os negros ditos “fujões” e, assim como consequência, puni-los severamente. Como afirmam as autoras abaixo:

Mesmo sob constante vigilância, as fugas das senzalas - sejam individuais ou em grupos, não deixaram de ocorrer. Com isso, surge um aparato militar, legalizado e especializado na busca dos ditos “negros fujões”, em que a figura do capitão do mato é emblemática, não podendo imaginar a história da escravidão sem sua presença (Schwarcz; Starling, 2015 *apud* Silva, 2020, p. 22).

As senzalas eram sempre bem construídas e altas para que não ocorressem fugas, com pouca iluminação, só a fogueira no meio da senzala para iluminar e aquecer as noites frias. Sobreviver nessas condições era uma forma de resistência, para que eles pudessem permanecer e, assim, criar seus filhos com a esperança de um dia conquistar ou comprar a tal “liberdade” e fugir para bem longe, em busca de um quilombo, pois lá estariam mais seguros e protegidos. Segundo Silva:

Os quilombos significaram uma ameaça à ordem, despertando inúmeras investidas para o seu aniquilamento. Um dos quilombos mais conhecidos na história da escravidão brasileira é o de Palmares, situado no atual estado de Alagoas, e que tem na figura de Zumbi, um de seus líderes, símbolo de

resistência e de luta contra a escravidão (Silva, 2020, p. 23-24).

Os quilombos eram os lugares onde os negros se organizavam contra o domínio do poder branco, representando a força e a luta pela liberdade que tanto buscavam. Nestes espaços aconteciam encontros de várias culturas e saberes passados por gerações. Assim, ficaria muito mais fácil encarar os inimigos, pois, os escravizados estavam unidos em um território. Dessa forma, os quilombos eram uma forma que eles tinham de segurança e luta contra aqueles que os atacavam.

As comunidades quilombolas resistiram durante o período escravista, e essa resistência se faz presente até os dias atuais. Atualmente, a reivindicação da população quilombola passa pelo reconhecimento dos seus territórios. Para que os antigos escravizados pudessem ter direitos e ser reconhecidos como remanescentes de quilombos, o Governo Federal criou, em 22 de agosto de 1988, a Fundação Cultural Palmares⁵. Antes, eles ficavam desprotegidos pelo Estado, sem assistência dos projetos sociais que lhes garantissem direitos à saúde, educação, moradia, cisternas, cestas básicas etc. Com a implementação da Fundação, a vida nos quilombos começou a melhorar, hoje, os quilombos passaram a ter esse acesso, fortalecendo suas culturas e suas raízes, preservando-as para as futuras gerações.

Diante disso, novos campos de oportunidades surgiram, para um povo que antes era visto como prisioneiro no seu próprio território, sem nenhuma perspectiva de crescimento. Nosso povo é fruto deste passado, depois que fomos reconhecidos pela Fundação Palmares, novas possibilidades surgiram aos nossos arredores, entramos nas universidades em diversos cursos, como, por exemplo: Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Zootecnia etc.

Os negros reuniam-se nos quilombos para reivindicar pelos seus direitos sociais, e com isso, conquistaram a identificação e o certificado da Fundação Palmares (nome dado para homenagear o Quilombo dos Palmares). Percebemos que esse processo histórico e escravocrata trouxe marcas de lutas para os dias atuais. Sobre a Fundação Palmares, fica evidente que:

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao

⁵ A Fundação Palmares foi reconhecida em 22 de agosto de 1988. Mais informações no site: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95.

Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros (Fundação Cultural Palmares, 2007 *apud* Santos, 2020, p. 6).

Além disso, os quilombos foram uma das maiores lutas organizadas do Brasil, que foi o último país a ter a escravidão abolida. Os quilombolas também lutaram pelo direito de legalização das terras, além das disputas sociais e políticas para a sua sobrevivência. O crescimento dos quilombos despertou reações nas autoridades, pois, agora, os quilombolas passavam a imagem de grupos bem fortalecidos e organizados.

Perante a contextualização da realidade do negro no Brasil, percebe-se que a fala da população branca evidencia um falso discurso ao afirmar que todos são “iguais” perante a lei, pois, sabemos que as coisas, de fato, não acontecem dessa maneira.

Diante de tudo que foi exposto, percebemos que a população negra foi marcada de diversas formas, desde a saída do seu país de origem até sua chegada ao Brasil. Foi submetida a privações e a severos castigos, dentro de uma sociedade que era escravocrata e racista. Ao longo dos anos, passamos a nos organizar e a lutar por justiça e igualdade, enfatizando que nós também somos seres humanos, e temos os mesmos direitos que os brancos.

Hoje, os livros de história do Brasil vêm tentando apagar a verdadeira história da população negra ao dar credibilidade aos europeus. Porém, por onde passo, encontro registros da população negra ou sinais de um povo que deu sua vida para que esse país pudesse se desenvolver e crescer sua economia. Diante disso, percebemos que a história do povo negro não foi valorizada e ainda hoje não é respeitada. Hoje, a população branca acaba reproduzindo preconceitos contra o povo negro, passando para os seus filhos estigmas em relação a pessoas que um dia alimentaram seus antepassados.

O negro passou a ser uma mercadoria de venda e troca que, quando não tinha mais utilidade, era descartado ou excluído da sociedade. Arrisco-me a dizer que fomos à primeira moeda e carne a ser comercializada e distribuída aos arredores do Brasil. Por que falo isso? Pela forma que meu povo foi capturado e violentado nas terras brasileiras, as viagens por dias em alto mar, sem ambientes adequados, alimentação de qualidade e espaço para fazer suas necessidades

fisiológicas. Com isso, vinham as doenças, pois, nós fomos tratados pior que animais para o abate. Podemos perceber que o Brasil continua manchado pela marca da escravidão em pleno século XXI.

Lutar é uma forma de resistir a todo um processo de opressão que, ao longo da história, o povo negro vem sofrendo, com as marcas de um país que não se esforça em acabar com o preconceito estrutural advindo da escravidão.

3 Ô DONA ISABEL, QUE HISTÓRIA É ESSA DE TER FEITO ABOLIÇÃO? ESTOU CANSADO DESSA CONVERSA, ESTOU CANSADO DESSA ILUSÃO

3.1 O sonho de um dia ter a liberdade do conhecimento

Neste capítulo, apresentaremos um período marcado por uma grande conquista dos escravizados, o tão esperado momento de liberdade. Não podemos deixar de ressaltar o quanto foi importante o trabalho dos abolicionistas, tanto na educação, quanto na questão da população dos escravizados, buscando sempre a igualdade para todos, principalmente na educação, em um período de repressão dominado por uma supremacia branca, que sustentava um sistema de aprisionamento, deixando claro quem seria o opressor e a vítima. As leis só favoreciam a uma parte pequena parcela da sociedade. A partir disso, ficaria claro quem poderia estudar nesse período.

Depois da independência do Brasil, começou a luta pela abolição, isso se deu antes mesmo da Princesa Isabel pensar em assinar a lei Áurea. Os movimentos já vinham trabalhando nesse contexto, até porque outros países já tinham aderido ao fim da escravidão. Com isso, os movimentos abolicionistas ficavam mais fortes, pois, agora eles tinham referências e, ao mesmo tempo, o país recebia pressão da Inglaterra, que proibiu o tráfico de escravos em 1833. Essa foi uma forma de pressionar o governo para que esse povo fosse então liberto, e pudesse desfrutar como cidadãos, dos seus direitos e deveres.

Figura 1: Os três grandes abolicionistas negros brasileiros que se destacaram na segunda metade do século XIX: Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.



Fonte: *Brasil Escola* (2021)⁶.

Vale ressaltar que, antes do surgimento da Lei Áurea, os grupos já lutavam, movimentos abolicionistas que continham diversas pessoas, como jornalistas, políticos, e entre essas pessoas, André Rebouças, o pai da engenharia no Brasil, que criou o grupo, que era composto com mais dois amigos: Luiz Gama, o advogado que libertou mais de 500 negros e só veio ter seu título reconhecido como advogado depois de 133 anos da sua morte. E por último, José do Patrocínio, que conduzia sua revolta pelo fim da escravidão no seu jornal. Esses “três mosqueteiros” trabalharam incansavelmente juntos, tendo a liderança de André Rebouças.

Outro nome importante foi Maria Firmina dos Reis, essa mulher foi responsável pelo primeiro romance escrito na literatura brasileira, com o nome de *Úrsula*. São pessoas que foram, e são importantes para a literatura brasileira, mas que, infelizmente, estão “escondidas” pelo racismo estrutural, como toda a história do negro está. Segundo Silva:

Nesse sentido, o racismo, presente nas relações sociais do Brasil desde o processo de escravização, se estruturou enquanto um sistema opressor que nega direitos a população negra. Dessa forma, afirmar que o Brasil não superou este sistema também significa que o racismo não foi eliminado das relações do país (Silva, 2020, p. 14).

Esse racismo se perpetua até os dias de hoje no mundo literário e artístico,

⁶ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tres-grandes-abolicionistas-negros-brasileiros.htm>. Acesso em: 10/09/2022.

são poucas as pessoas protagonistas nesses cenários. Para que isso ficasse internalizado, foi criado um sistema de exclusão para fazer com que esse povo continuasse sendo excluído da sociedade. Uma prova é que os governantes dão prioridade à educação privada ao invés da pública, porque a ideia é que, quem tem dinheiro seja o doutor ou o político que vai pressionar quem está lá embaixo, pois, para eles é essencial ter mão-de-obra.

Abdias do Nascimento, por exemplo, criou o Teatro Experimental do Negro (TEM), um movimento artístico e cultural com encenações e personagens negros/as importantes no cenário afro-brasileiro (Rocha, 2020). O trabalho de Abdias abriu espaços para que o negro pudesse constatar que tem o seu lugar de fala, e que ele pode fazer tudo o que os brancos fazem, porém, com uma condição: que pode fazer sempre o melhor. Os movimentos teatrais foram para as ruas, favelas e becos em formato de músicas, danças, espetáculos.

3.2 14 de maio: o dia que ainda não acabou

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), o 13 de maio foi uma data marcada por grandes comemorações em todo o país. Algumas cidades fizeram desfiles nas ruas com entidades abolicionistas, estudantes e ex - escravizados, pessoas soltavam fogos de artifícios. Era o fim de uma era de sofrimento, tanto físico quanto emocional, para o povo negro, a vida agora tinha mais sentido, o céu estava claro porque o amanhã representava o começo de um novo dia onde se iniciava uma nova história, poderiam sentir o ar livre como os pássaros, e as noites iluminadas com o brilho da esperança.

Figura 2: Negros festejam o dia 13 de maio de 1888⁷ comemorando sua “libertação”.



Fonte: Revista *Ilustrada* (apud Albuquerque; Fraga Filho, 2006)⁷.

Vale ressaltar que os escravizados tomaram a iniciativa de acelerar o fim da escravidão com as fugas, as formações de quilombos e as rebeldias cotidianas. Para boa parte dos abolicionistas, era o fim de uma época difícil. Entretanto, a possibilidade era que a escravidão fosse algo do passado, mas, percebemos que, ao passar do tempo, o que poderia ser liberdade e igualdade para todos, passou a ser uma ilusão, pois só ficou no papel, dando a entender que a abolição aconteceu sem nenhum planejamento para os negros, tanto social quanto político.

Os negros ficaram sem ter para onde ir, sem trabalho, moradia e estudos, ou seja, jogados ao tempo como algo sem valor. Com isso, aumentou o preconceito, principalmente de quem estava no poder, que dizia que negro livre era vagabundo e vadio, pois agora viviam nas ruas, esquinas e becos, em um país que criou abolição sem oferecer possibilidades de uma vida digna para aqueles que tanto fizeram pelo Brasil.

Diante desse novo contexto de “liberdade”, os negros não tinham para onde ir, por isso, a opção era voltar para as fazendas, pois, foi o que aprenderam ao longo da sua vida. Já aqueles que foram para as cidades formaram os cortiços e, posteriormente, as favelas, em cima de morros ou em lugares sem nenhuma qualidade de vida. De acordo com Fernandes (2008):

⁷ Revista *ilustrada* (apud Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

A desagregação do sistema escravista ocorreu sem que houvesse garantias que cercassem a população negra recém liberta de segurança ou meios que os proovessem condições para sua manutenção e dos seus, no período de transição ao trabalho livre. Assim como ocorreu também a isenção por parte dos antigos senhores, do Estado e de qualquer outra instituição da responsabilidade perante os ex -escravos e aos nascidos libertos, no sentido de protegê-los ou prepará-los para a integração à nova forma de organização para o trabalho (Fernandes, 2008 *apud* Silva, 2020, p. 27).

O autor relata acima a ineficácia do projeto pós-escravidão, pois não foi oferecida nenhuma segurança, moradia, emprego e assistência aos libertos. Dessa forma, o Estado se isentou da responsabilidade. Percebe-se, com isso, que a Lei Áurea, responsável por dar o direito à liberdade dos escravizados, foi frágil por não garantir um apoio necessário para que essas pessoas construíssem uma nova vida com segurança. Os brancos continuavam tendo domínio sobre os negros, por ser a classe dominante possuidora do capital e do trabalho, assim, sendo responsáveis ainda, pela sobrevivência dos negros e de sua família.

Com a abolição, a população negra tinha que se adaptar às novas formas de trabalho dentro do sistema capitalista. Uma justificava para a não entrada do negro no mercado trabalho era que os negros não sabiam manusear as máquinas e, com isso, os senhores começaram a rejeitar os seus serviços. Para além disso, o Estado brasileiro incentivou um projeto de imigração de mão de obra estrangeira, tendo, estes estrangeiros, acesso às terras e casas. Porém, o que estava por trás desse projeto era embranquecer o país (Nascimento, 1978).

Os negros passaram a ser marginalizados, vistos como preguiçosos ou desocupados. Os que continuaram nas fazendas foram trabalhar no roçado e no curral, onde iriam domesticar animais e efetuar outros serviços que as máquinas não faziam naquela época, por um dinheiro que só dava para comer, pois todos tinham que trabalhar.

Fernandes (2008 *apud* Silva, 2020) afirma que o povo negro passava por privações e ocupações degradantes, e se encontravam deslocados e fora do contexto em que se instituíam os movimentos para a acumulação do capital.

Esta alegação estava centrada na preocupação com os rumos que se daria ao país e ao que se propunha enquanto formação de uma nação, que v ia no imigrante o trabalhador próprio desse novo sistema, cujos impulsos para acumulação, as iniciativas individuais e a adoção do ritmo de trabalho livre, seriam a chave para o alcance do progresso para o país (Fernandes, 2008 *apud* Silva, 2020, p. 28).

O negro ficou em uma situação difícil, em uma degradação que, ao longo dos três séculos de escravidão ele foi ficando cada vez mais aprisionado. O trabalho livre só ficou no papel, pois, mesmo com o fim da escravidão, uma parcela da população negra continuou vivendo em condições semelhantes à escravidão. Pois só importa, para o país, a economia e a mão de obra barata. O sistema só está preocupado com o capital e o lucro, visto que, estamos há 135 anos da abolição e encontramos pessoas negras em situação de vulnerabilidade, onde a desigualdade social é nítida. Podemos afirmar, com a citação abaixo, que:

Para a população negra, a abolição não marcou só o fim da escravidão, pois o negro continuava sem ter acesso às terras para trabalhar e sem poder estudar, diante disso, eles se preocupavam, por que não tinha para onde ir, e não tinha como se manter e manter suas famílias. O que eles queriam era o tão sonhado direito que os brancos tinham, de estudar e trabalhar onde quisessem e poder fazer parte da sociedade como o todo. Algo para o negro naquele momento não poder ser considerado como cidadão livre. Depois do dia 13 de maio, um grupo de negros mandaram uma carta para o então abolicionista Rui Barbosa, que reivindicava que os filhos negros pudessem ir à escola, e ter uma educação como um todo (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 23).

Percebe-se que, ao passar de todos esses anos, a figura do negro continua sendo o da visão do escravista, o sujeito que não tem condições de estudar ou de estar em uma universidade ou em qualquer outro espaço importante. Sendo assim, continuamos sendo inferiorizados em todas as esferas sociais e econômicas, visto que a educação era voltada para as pessoas brancas.

Segundo Nascimento (1978), os africanos e seus descendentes foram tirados do seu contexto social, pois, as práticas abolicionistas exoneraram de responsabilidade os senhores, o Estado e a Igreja. Por isso, todos colocaram o corpo de lado, sem querer assumir nenhuma responsabilidade sobre a população negra.

3.3 Ciência e letra não são pra ti, Pretinho da Costa não é gente aqui!

Com o período pós-abolição, os negros se sentiram livres para conhecer um novo mundo que estava nos livros, nas escolas, em um espaço marcado pela desigualdade. Além disso, “toda pessoa negra tem duas identidades, a de

nascimento e aquela que é atribuída pelo racismo quando sofre a primeira discriminação” (Almeida, 2018, p. 12). Até porque, eles foram livres, mas o preconceito devido à cor continuava existindo, a partir disso, podemos imaginar como foi a luta para se inserirem em uma escola que, até hoje, perpetua um sistema racista e embranquecido.

De acordo com Santos *et al.* (2013), a educação secundária não era permitida para indígenas e negros pelo Decreto nº 1.331, de fevereiro de 1854. Ou seja, não era permitido à população escravizada o acesso às escolas públicas.

A população negra era proibida de ter acesso ao conhecimento, uma vez que o saber era libertador, e era tudo o que não poderia acontecer nesse momento. Visto que os senhores já vinham tendo problemas com os abolicionistas, que tanto lutavam por liberdade e igualdade.

Apontam, ainda, Santos *et al.* (2013), que o decreto número 7.031, de setembro de 1878, diz que os negros até poderiam ir às escolas, desde que tivessem a permissão dos senhores, e que os mesmos gozassem de boa saúde. Isso, porque, eles trabalhavam muito e, contudo, não perdiam o sonho de ter conhecimento, já pensando em dar uma vida melhor para os seus filhos, apesar do regime em que viviam. Pois, eles poderiam até nos aprisionar, mas, jamais vão poder aprisionar os nossos sonhos, os nossos desejos pelo saber.

Por mais que a discriminação fosse grande, ao ponto dos negros terem que ficar afastados dos brancos na sala de aula, eles tinham uma coisa que talvez naquela época a branquitude não percebia, que era a força de vontade de adquirir o conhecimento. Isso deixaria os brancos incomodados, principalmente se esse negro fosse um destaque, como, por exemplo, Carolina Maria de Jesus⁸, que foi uma pessoa negra que sofreu com o racismo e o preconceito. Educação é um direito fundamental de todo cidadão, sem ter distinção de raça ou classe, porém nesse período a população negra não tinha escolhas. Pois:

A educação escolar, pois, é erigida em bem público, de caráter próprio, por ser ela em si cidadã. E por implicar a cidadania no seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também a educação infantil um direito, a educação básica é dever do Estado (Cury, 2008, p. 296).

⁸ Carolina estudou só 2 anos e foi acusada de feitiçaria por ser tão inteligente. Uma das escritoras mais lidas do Brasil. Esse ano ganhou o título de doutor honoris da UFRJ. A escritora vendeu cerca de 3 milhões de livros em 16 idiomas. Seu livro mais famoso foi quarto de despejo (1914/1977).

Com isso, Cury (2008) deixa bem claro que é um direito, e ao mesmo tempo diz que é um dever do Estado garantir essa educação, que tanto foi negada para essas classes pelo povo que só escravizou uma população que tanto fez pela sua nação. A educação brasileira sempre foi negada para a população negra, com isso, os próprios negros, mais uma vez, se sentiam aprisionados, impedidos de frequentar a escola. Segundo Romão:

Como se pode perceber, não foi fácil a introdução da temática Negro e Educação no campo científico. Foi necessário que os próprios afro-brasileiros abrissem caminhos, culminando no ano de 1998 com o reconhecimento oficial, no campo científico, da necessidade do desenvolvimento de pesquisas na temática Negro e Educação (Romão, 2005, p. 26).

O problema, aqui, está em um sistema que foi construído, desde o começo, para que os povos negros e indígenas continuassem sendo submissos ao sistema escravocrata, ou melhor, à elite branca, pois, o conhecimento sempre foi privilégio para poucos, resultado da forma como esse país foi formado, onde a educação tinha lugar e pessoas certas, que são aqueles que fazem parte do mundo ideal, na visão da população branca. Visto que a educação se torna uma arma poderosa para a comunidade negra, então, se eles puderem negá-la vão continuar com o negro “burro e escravizado”, impedindo que o mesmo construa um caminho promissor pela educação.

Fica evidente que os negros só tiveram “acesso a escolas públicas, é [...] a partir da segunda metade do século XIX há maior evidência da participação dos negros em processos de escolarização” (Romão, 2005, p. 12). Durante todos esses anos, a escola foi negada como uma forma de opressão, colaborando com o racismo e o preconceito. É lamentável que passamos tanto tempo usando a educação da ignorância, sendo negados direitos que são nossos, como a escola e o conhecimento. Com isso, perpetua-se essa desigualdade, criando e formando pessoas racistas que se dizem melhor ou donos de poder e das leis, aprisionando cada vez mais a população negra. Porque, isso acaba criando, na própria população negra, a ideia de que a escola não é para eles, que não é futuro, que não são capazes. Tudo isso foi criado em cima de um sistema embranquecido, com finalidades próprias em dizer quais são as pessoas que vão fazer parte desse grupo.

Além disso:

No que se refere propriamente à escolarização dos negros, segundo os modelos oficiais, percebe-se que eles sempre estiveram em contraponto a afirmações que alegam sua incapacidade para a vivência bem sucedida de experiências escolares e sociais. Tal fato pode ser comprovado pela ascensão de uma intelectualidade negra desde o período republicano que, via domínio da escrita, atingiu espaços sociais dos quais os brancos pareciam detentores absolutos. A biografia do professor Antônio Ferreira Cesariano Júnior é uma demonstração de como o espaço escolar cumpre em relação ao negro uma dupla função: veículo de ascensão social e instrumento de discriminação. Sua trajetória social e educacional no início do século XX evidencia a ascensão socioeconômica, mesmo sob inúmeros obstáculos, e o reconhecimento público do seu prestígio intelectual como professor de ensino superior, advogado e médico (Barbosa, 1997 *apud* Romão, 2005, p. 29).

Segundo Romão (2005), trabalhos como esses nas universidades são muito importantes, pois, abrem espaços para falar sobre a temática de questões raciais no ensino, levando a estudar desigualdades sociais nas escolas do Brasil. Essa realidade ainda é, para muitos, um tabu ou vista como “vitimismo”. Para formar uma sociedade mais igualitária e mais justa, busca-se uma fundamental ferramenta, que é a educação.

3.4 “Ninguém liberta ninguém, as pessoas se libertam com a Educação”

A inclusão do negro no ensino educacional se deu por meio de muitas lutas por igualdade, em um período marcado pela supremacia branca. Essas lutas se dão antes e após a abolição. Quando olhamos para a história, fica evidente como foi tratada a questão da educação para a população negra. “A Constituição Imperial de 1824 previu a educação primária gratuita a todos os cidadãos” (Almeida; Sanchez, 2016, p. 234-246). Só que, essa educação continuou sendo negada por muito tempo, além de se tornar um preconceito quando esse ensino é negligenciado. Ao longo dos anos, movimentos e ações afirmativas fizeram com que ocorresse uma significativa melhoria.

Segundo Romão (2005), só na metade do século XIX que se inaugura um projeto de educação no Brasil, porém, esse processo continuava sendo limitado somente para os povos brancos, e para aqueles que tinham um maior poder aquisitivo, já os mais pobres, os indígenas e a população negra ficavam afastados

da escola. De acordo com o autor, esse era um sistema de ensino em que a população pobre não tinha condições de pagar aos professores, por isso, o Estado não cumpria seu papel.

Com isso, fica evidente quais seriam as pessoas beneficiadas nesse sistema, o que dá a entender é que existe uma interferência muito forte por parte da elite branca, com objetivo de não ter negros nas escolas, ou seja, o racismo estrutural já era muito grande, desde quando se pensava na possibilidade do negro ir à escola.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), criada em 1961, foi um grande avanço para a educação brasileira, porém, a desigualdade racial continuou privilegiando a população branca e inferiorizando os pretos, usando toda uma malícia para dizer que não existe racismo, de forma que os negros não consigam compreender e acabem naturalizando não estudarem sobre a história e a cultura africanas. De acordo com Romão (2005):

Como discurso, a inclusão racial fez parte das preocupações dos educadores e foi uma dimensão considerada no universo da discussão da LDB de 1961. Contudo, observamos que essa dimensão ocupou papel secundário, servindo mais como recurso discursivo. Ou seja, ao defender um ensino para todos, não ignoravam esses educadores que, além da classe, a dimensão raça era fator de diferenciação no processo de escolaridade. Mas não se falava explicitamente na época se a população negra era a destinatária principal da escola pública e gratuita (Romão, 2005, p. 53).

Com todas as reformas que foram feitas na educação brasileira ao longo dos anos, pouco se ouviu falar da questão racial, neste sentido, não adianta pensar a educação se não for tematizada a desigualdade no ensino. A Lei 10.639/2003 foi um grande avanço para a população negra, porque agora nós temos uma lei que obriga as escolas a incluir temáticas e disciplinas que falem da história e cultura afro-brasileira, mas, o que vemos é que essa lei, que está em vigor há mais de 10 anos, ainda não foi efetivada de maneira satisfatória. Hoje, ao chegar às ruas e perguntar a qualquer cidadão se ele tem ou teve na escola alguma disciplina com a temática afro-brasileira, a resposta na maioria das vezes vai ser um “não”, esse é o reflexo da desigualdade do nosso país⁹.

⁹ Para uma melhor compreensão em relação à questão racial e desigualdade na educação brasileira, ver palestra de Sílvio Almeida disponível no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=qwMRRVPI_Yw.

4 COTA NÃO É ESMOLA: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Nesse capítulo, pretendo discutir a importância da implementação das políticas afirmativas para as universidades, dando mais oportunidades para as populações negras e indígenas no ensino superior, quebrando essa visão que faculdade não é para negros.

4.1 “Eu vou à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada”

De 2003 até os dias atuais, houve muitas conquistas no sistema educacional. Porém, não foi o suficiente, pois, mesmo com todas as políticas que foram instaladas no Ensino Superior, fica notável que o racismo e o preconceito ainda são fortes nas universidades. Segundo Pinho e Parentes (2018):

O racismo brasileiro impõe as representações do corpo negro como objeto de inferioridade e, nesse caso, leva ao negro se valer do seu próprio corpo para desmistificar os estereótipos a ele empregados, visto que conseguiu fazer com que o preconceito e a discriminação pela cor/raça não recaíssem mais sobre si (Pinho; Parentes, 2018, p. 130).

O que o racismo quer é negar todos os direitos que o povo negro tem, fazendo com que este fique preso nesse ideário, acreditando que não pode entrar em uma universidade. Com isso, a branquitude trabalha para que o negro possa se negar, de forma que ele não se veja como um intelectual ou no meio de grandes pensadores, produzindo artigos ou estando à frente de grandes empresas.

Um exemplo claro é quando um/a negro/a se torna líder ou é reconhecido/a pelo que faz, e quando ele/ela é visto em algum lugar, muitos os chamam de “metidos/as”, ou seja, eles criam um pensamento que não podemos ser o que quisermos. Isso é uma estrutura que foi criada e é reproduzida nas universidades e aos seus arredores.

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de auto definição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua raça e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro (Nascimento, 1978, p. 79).

Depois de muita luta dos movimentos negros, algumas leis foram executadas como forma de dar visibilidade para o povo negro e reconhecer o seu papel no campo do conhecimento. De acordo com Pinho e Parentes (2018), a lei nº. 10.639, que institui obrigatoriamente o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, e a lei nº. 11.645/2008, amplia e inclui a temática indígena no Ensino Fundamental e no Médio, (ambas as leis foram sancionadas no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva). As referidas leis foram muito importantes para a educação básica e para a inserção do povo negro e indígena no Ensino Superior. Porém, isso não foi o bastante para poder banir o maior inimigo do povo negro, o racismo tanto institucional como estrutural, que começa desde quando os negros saem de casa e chega até dentro da universidade. A discriminação fica evidente, pois, geralmente os estudos são voltados para um conhecimento embranquecido, com autores brancos e a maioria dos professores brancos, acobertados por uma estrutura racista e preconceituosa.

No que diz respeito à lei 10.639, de acordo com Pacheco e Silva: “Alguns meses após a promulgação da lei, as preocupações voltaram-se para a necessidade de regulamentação da temática ‘História e Cultura Afro-brasileira’” (Pacheco; Silva, 2007, p. 46). A tentativa era inserir essa disciplina no plano curricular, pois era e continua sendo de grande importância para as escolas e a formação educacional. Então, como o racismo ainda é muito enraizado em nossa sociedade, é fundamental buscar estratégias nas escolas para combatê-lo. Além disso, poucos conhecem a real História do Brasil e, para que possamos enfrentar essa realidade, é preciso pensar na implementação de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras nos ensinos Fundamental e Médio. Segundo Silva (2019):

A lei 11.645-08 representa um marco importante para superação das fronteiras que foram sendo construídas, socialmente, ao longo da nossa História e resultaram em discriminações e preconceitos, na forma como determinados grupos e culturas foram representados nos livros didáticos, nos currículos de História, bem como em consequentes formas de segregação e marginalização na sociedade. Anteriormente a esta lei, fora assinada, em 2003, a lei 10.639, cujo foco concentrava-se na temática africana, enquanto a lei 11.645-08 acrescentou a questão indígena, ambas modificando a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) (Silva, 2019, p. 249).

Pensando nisso, a lei nº 11.645 tem encontrado alguns desafios a serem encarados devido ao racismo e à discriminação da população negra e indígena no

ambiente escolar do Ensino Fundamental e Ensino Médio, fazendo com que muitos não conheçam sua história.

Ademais, para que possamos mudar essa realidade, precisamos criar possibilidades e espaços de fala. Percebe-se que, pouco tem sido feito nas universidades, pois, há pouca existência de literatura negra na maioria dos planos de ensino. Geralmente, discutimos essas temáticas em eletivas que acabam não aprofundando e chegando em poucas pessoas. Ou seja, ainda há muito que avançar nessas instituições para combater o racismo, visto que, apesar de todas as leis que foram implementadas, elas ainda são insuficientes.

A Lei de Cotas nº 12.711 foi implementada em 2012, pela então presidente Dilma Rousseff. Ela estabelece que todas as instituições do Ensino Superior devem destinar metade das vagas para estudantes vindos da rede pública, com reservas de vagas para candidatos de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. O objetivo dessa política afirmativa é fazer com que a igualdade seja para todos, e não somente uma parcela seja privilegiada. Vale ressaltar que, as cotas não são somente para negros e indígenas, e sim para todos os estudantes egressos do ensino público. Essa medida foi um meio que o governo encontrou para reparar toda uma história de exclusão. De acordo com a lei acima citada:

[...] cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno em instituições federais, passa a ter, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e, destes, 50% são reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*. Dentro desses requisitos, a proporção de autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas deve ser, no mínimo, igual à proporção respectiva desses grupos na população da unidade da federação onde se localiza a instituição. A lei também instituiu que, no prazo de 10 anos, ou seja, em 2022, será promovida uma revisão de seu conteúdo (Oliveira; Maia; Lima, 2020, p. 3).

Eu sou fruto das cotas, e acredito que, se não fosse pelas cotas, eu não teria entrado no curso de Psicologia. Eu me esforcei muito para entrar, foi um ano de estudos em casa. Quando eu ingressei na universidade, me deparei com a seguinte realidade: na minha sala, só tinham 8 pessoas negras e uma indígena, ou seja, um número baixo em uma sala com quase 50 alunos. Essa situação é um reflexo da falta de visibilidade para essas populações. Na Universidade Federal de Alagoas, Unidade Palmeira dos Índios, são poucas as referências de professores negros, e poucos eventos ofertados sobre essa temática, para que, assim, se possa quebrar

essa discriminação e auxiliar na permanência dessas populações nesses espaços.

Segundo Arte e Ricoldi (2015), há uma demanda reprimida para o acesso dos negros ao Ensino Superior. Pois, apesar da ampliação na participação, a desigualdade entre brancos e negros ainda é representativa, se considerado o conjunto geral da população. De acordo com Guimarães (2003), os responsáveis por tal estado não são os próprios negros e sua falta de união, mas o *establishment* branco, governo e sociedade civil; numa palavra, o racismo difundido na sociedade brasileira.

O racismo é estrutural, pois, foi criado um projeto nesse país para nos aprisionar na nossa própria liberdade, sem que nós, negros, pudéssemos entender que muitos brancos possuem privilégios só por causa da cor da pele. Em relação ao ensino educacional, fica evidente que ele é racista, discriminatório e excludente.

Quando observamos a frase “ordem e progresso”, nota-se que essa ordem veio para uma classe considerada desfavorecida como os pretos, pobres e os periféricos; já o progresso são os privilégios para uma população branca. As cotas são parte do processo de reparação por tudo o que fizemos por esse país, onde educação desde o começo foi sempre negada em uma estrutura que foi criada e se mantém até os dias atuais.

As ações afirmativas foram criadas com um único objetivo, que é diminuir a desigualdade. Apesar disso, o racismo ainda está instalado nas instituições, há um desconforto por não existir esse reconhecimento como sujeitos de direitos, e isso acaba sendo perpetuado entre discentes e docentes, de uma forma que as pessoas acabam sendo contra as políticas afirmativas e questionando as políticas de cotas. O problema é que as pessoas não buscam conhecer o porquê dessa política para ter uma maior compreensão. Segundo Silvério:

Em linhas gerais debater em torno da aceitação ou não-aceitação das cotas, além de empobrecer a discussão de conteúdo, significa perder a oportunidade de levantar e tentar responder à seguinte questão: Como podemos incluir minorias historicamente discriminadas, uma vez que as políticas universalistas não têm tido o sucesso almejado, e, ao mesmo tempo, debater em que bases é possível rever aspectos fundamentais do pacto social? (Silvério, 2002, p. 220).

Depois de situar esse debate como a educação foi e continua sendo negada para a população negra, no próximo capítulo, vamos trazer a discussão para a realidade dos estudantes negros da UFAL da Unidade de Palmeira dos Índios.

Através de entrevistas, pretendo pensar como a população negra está vivenciando a universidade, e como se deu a permanência dessa gente, a partir de um olhar voltado para o recorte histórico. Falaremos, em breve momento, como é a UFAL Palmeira dos Índios, e o que ela proporciona para essa comunidade, para que se sintam representados e acolhidos nesse espaço.

Vamos trazer a fala dos estudantes negros/as do curso de Psicologia e Serviço Social. Devido à pandemia da COVID-19, foram realizadas entrevistas no modelo remoto, por meio de videoconferências, que foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, e a assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Com isso, teremos uma análise da coleta de dados de todos os participantes. Foram feitas 15 perguntas para cada sujeito, em formato individual. Desses questionamentos, serão escolhidos alguns para fazer uma reflexão sobre o tema, ou seja, vamos conhecer a vivência dos alunos e seu processo de permanência dentro e fora da UFAL.

4.2 O Negro se descobrindo na universidade

Em 2017, eu entrei na faculdade usando o sistema de cotas através do Enem, onde me autodeclarei preto para ter o benefício no processo de reserva de vagas de cotista. Até então, eu não sabia o que estava por trás daquilo, nem mesmo o valor que o negro tinha como ser humano, que poderia “desfrutar dos seus direitos”. Nos primeiros dias de aula, percebi poucas pessoas negras e poucos professores negros, eu mal sabia que estava em um espaço embranquecido. Começamos com 40 alunos, sendo 8 negros, estudando a teoria de pensadores, livros, artigos e referências, na maioria das vezes, partindo do pensamento eurocêntrico e embranquecido, ao mesmo tempo, podemos ver um racismo velado, onde está tudo bem se apenas estudamos teóricos brancos, pois, eles não vão perceber mesmo, né?! E, de fato, nós não percebemos de imediato o que estava acontecendo, e para quem estava voltada a universidade.

No primeiro período, tive um primeiro contato sobre a cultura afro-brasileira, foi algo muito básico, mas, consegui entender sobre mim e meus antepassados. Nesse mesmo tempo, desenvolvi um trabalho em relação à minha comunidade, que

é quilombola, e nesse momento o professor falou: “olha, você pode até pensar em fazer seu trabalho de TCC relacionado à população negra.” E o tempo passou, e essas ideias foram se fortalecendo, comecei observando que a faculdade realmente não tinha tantos negros, principalmente no curso de psicologia. A ficha veio cair mesmo quando eu participei da “fala negra” evento que acontece na UFAL Palmeira dos Índios no mês da Consciência Negra, e me perguntava: “cadê meu povo?” Isso me causava sofrimento, “Por que eles não estão aqui?” “O que aconteceu?” Vim encontrar mais gente da minha cor no curso de Serviço Social, mas, ainda eram poucas pessoas, se comparando à população branca, visto que, o povo negro é a grande maioria. E, se somos, por que temos tão poucos estudantes negros? E cadê os professores negros? O que eu notei foi que a maioria dos negros eram auxiliares de serviços gerais, e assim eu me questionava o por que meu povo não ocupava esse espaço de conhecimento.

Então, devido a tudo isso que resolvi pesquisar sobre a presença de estudantes negros na UFAL Palmeira dos Índios, conversei com outros alunos do curso de Serviço Social para buscar entender o porquê dessa escassez de negros nos dois cursos, além de compreender o racismo e a discriminação que existe fazendo com que as pessoas negras não estejam nesse espaço e, quando estão, são vítimas de algum tipo de preconceito por parte dos colegas ou professores.

Depois que entrei na universidade, descobri minha identidade e quem realmente era, além do significado que nós temos. Nós somos ricos em histórias, culturas e tradições. Comecei a entender o que era racismo quando fui vítima de preconceito em uma loja, e um ano depois, quando experienciei uma abordagem policial. Então, fiz o projeto de pesquisa, e quando foi aprovado pelo Comitê de Ética, comecei a desenvolver o TCC com o tema: “A presença de estudantes negro na UFAL Palmeira dos Índios”. Passei a entender que eu estava em um ambiente branco, que tem leis que nos acoberta e nos dá direitos, porém, não são usadas, até porque poucas pessoas negras conhecem os direitos que elas têm, ou seja, o conhecimento sempre foi negado para esse povo e continua sendo de uma forma silenciada.

Comecei a questionar as autoridades do município em que resido sobre o porquê de as leis não serem colocadas em prática, só que, eu não sabia o que estava por vir ao questionar essas autoridades. O mesmo que aconteceu com Anastácia ao ser silenciada com uma máscara na boca, comigo ocorreu através de

ameaças. Vivemos em uma sociedade onde o racismo é notório, percebi que, no entanto, sem o conhecimento eu era levado a acreditar que não existia racismo, afinal, eu não sabia nem o que era isso, como muitos até hoje não sabem, visto que sofrem opressão todos os dias e não tem o conhecimento do ato. É muito comum ouvirmos frases que estamos nos vitimando, só que, essa é uma forma que a sociedade branca usa para esconder seu racismo e fazer com que nós pretos aceitemos que eles estão certos e que temos as mesmas oportunidades. Só que, tudo isso é uma grande mentira, é só olhar quem forma a maioria nos cargos públicos, posições de liderança, entre outros.

Como tinha mencionado anteriormente, entrei na universidade usando as cotas, eu não queria que existissem cotas, mas, para isso, a gente teria que viver em uma sociedade onde a igualdade fosse para todos. Porém, é de extrema importância que existam as cotas, até porque sempre teve cotas para a população branca, como por exemplo, segundo TEDx Talks (2019), a “Lei do Boi” que destinava 50% das vagas das universidades agrícolas para as pessoas que tinham terras. Então, cota é reparação para um povo que ainda sofre com a negação de seus direitos, excluídos por uma minoria branca, que detinha e detém o poder de modificar e comandar as leis. Diante disso, nós temos uma organização que é formada pelo racismo estrutural, porque é algo muito pensado e planejado para oprimir e aprisionar de uma forma que nós não percebemos.

As cotas foram muito importantes para minha comunidade, na minha casa começou com a minha irmã, depois, meu irmão, e posteriormente eu. Agora, temos outras pessoas do quilombo na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape), UNEAL e na UFAL Palmeira dos Índios, todos frutos de uma política afirmativa, que ainda tem muito a ser melhorada. Observando as fotos de formatura de outras turmas de Psicologia da UFAL Palmeira dos Índios, eu fiquei surpreso com tão poucas pessoas negras e indígenas, então, o que estou falando é fruto de um sistema racista.

As cotas não são só para negro/a, pardo/a ou indígenas, são para todas as pessoas que vêm de escolas públicas. No vídeo “Como as cotas funcionam” (2021), funciona da seguinte forma: 50% para as pessoas de escolas públicas e, os outros 50%, são para ampla concorrência, mas, se a pessoa é negra e estudou em escola particular, ela vai ficar na ampla concorrência. O objetivo é dar mais oportunidades para essas pessoas em um espaço pouco ocupado. Os cursos mais concorridos

são utilizados por pessoas brancas, que nem sempre leem autores negros, além de existirem poucos eventos voltados para a população negra. Não é fácil se manter nesses espaços onde você não se reconhece, com isso, passamos uma visão ruim e distante para os que estão lá fora de como funciona a universidade para a população negra. Por isso, temos que ter mais políticas afirmativas dentro das faculdades, voltadas para essas populações, para que, um dia, possamos ter uma universidade para todos/as sem distinção de raça.

5 A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ESTUDANTES NEGROS/AS DA UFAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Diante do que foi exposto ao longo deste trabalho, chegou o momento de conhecer um pouco da trajetória de alguns estudantes do curso de Psicologia e Serviço Social, considerando temas relacionados à questão racial em diferentes aspectos.

5.1 Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas¹⁰

A pesquisa foi realizada com 10 estudantes do curso de Psicologia e Serviço Social, sendo feitas através de entrevistas que, devido à COVID-19, tiveram que ser realizadas por vídeo chamada, na qual os entrevistados expuseram, suas ideias de forma clara e não apenas concordando com “sim” ou “não”. Mantendo todo o protocolo do Conselho de Ética em relação ao anonimato das descrições do conteúdo, e com o devido cuidado para evitar constrangimentos, foi pedido que os participantes escolhessem seus nomes fictícios, já outros preferiram deixar ao meu critério.

Estamos vivendo um momento onde não paramos para ouvir pessoas que, em algum momento, dentro ou fora da faculdade, vivenciaram algum tipo de racismo ou discriminação e a universidade, ao invés de ser um espaço de acolhimento, muitas vezes, acaba sendo um espaço de distanciamento e discórdia. Dessa forma, o convite para contribuir com a pesquisa foi recebido com motivação pelos participantes, pois eles iriam falar do que realmente estavam sentindo, e que sempre foi silenciado nas universidades. Sendo assim, a relevância desse estudo é tentar contribuir para que possamos ajudar a entender a situação dos negros/as na UFAL, Unidade Palmeira dos Índios.

Discutiremos a opinião dos estudantes ao saber que a universidade tem pouca literatura negra: sua posição em relação à lei de cotas, e sua aceitação como negros/as. Desse modo, esses relatos têm o intuito de apresentar a real situação dos estudantes no seu cotidiano. Diante disso, buscaremos entender sua relação no processo de identificação com a universidade em um espaço embranquecido.

¹⁰ Música Ya yá Maseмба, Álbum Brasileirinho, Maria Betânia, 2003.

Com as falas dos entrevistados/as, pode ser observado que as experiências do racismo cotidiano já vêm desde a infância, se perpetuando até a fase adulta, sem, na maioria das vezes, terem o conhecimento real da sua história, dos seus antepassados. Muitas vezes, esse processo aparece como um tipo de “racismo velado”¹¹, aquele que acontece e nós negros nem percebemos, pois é aquela coisa: “está tudo bem, não foi nada, é normal isso”. Ao serem questionados/as como foi o processo de sua aceitação de ser negro/a, os/as estudantes foram muito sinceros nas suas respostas, sem deixar dúvidas nenhuma do que estava sendo perguntado. Por fim, o desenvolvimento da pesquisa seguiu algumas etapas de maneira criteriosa, que será descrito adiante.

LOCAL DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada com estudantes da Ufal – Palmeira dos Índios, campus Arapiraca, matriculados no curso de Psicologia e Serviço Social, que se consideram negros/as. A universidade foi construída em setembro de 2006 e está localizada na R. Sonho Verde, s/n- Eucalipto. O município tem um número significativo de pessoas negras, no entanto esse público não se faz tão presente no âmbito acadêmico, dessa unidade. O que me fez questionar o porquê da escassez de alunos negros/a nos cursos acima mencionados.

PROCEDIMENTOS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O estudo foi dividido em cinco etapas. Caracterizadas como:

- Etapa I: Levantamento e revisão bibliográfica e documental;
- Etapa II: Conhecendo o contexto pesquisado e sua constituição;
- Etapa III: Entrevistas individuais remotas;
- Etapa IV: Análise dos dados obtidos;
- Etapa V: Devolutiva da pesquisa.

No primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico, documental acerca do racismo estrutural, políticas afirmativas, inserção e permanência dos

¹¹ Para mais informações sobre o racismo velado acesse o link:
<https://www.youtube.com/watch?v=4CpZFgOU6nM&t=39s>.

negros/as na universidade, a escassez desse público neste ambiente, bem como suas contribuições.

No segundo momento foi realizado uma pesquisa com o objetivo de conhecer a história da UFAL - Palmeira dos Índios, bem como compreender como se deu a vivência acadêmica dos alunos negros/as da unidade.

Posteriormente, no terceiro momento, os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A), com os discentes da instituição. Essas entrevistas se deram no formato remoto, por meio de vídeo chamada, devido a pandemia COVID-19, e gravadas com a permissão prévia dos participantes.

No quarto momento, foi realizada a análise dos dados obtidos a partir das entrevistas. Dando-se através da Análise de Conteúdo. No quinto e último momento, ocorreu a devolutiva da pesquisa à universidade, na apresentação do trabalho, por meio dos seus resultados.

ASPECTOS ÉTICOS

Por ser um estudo que lidou com seres humanos, ele foi submetido à avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL. Também se fez necessário a autorização dos participantes, por meio da leitura e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), na qual eles estiveram cientes da não ocorrência de danos, sendo resguardado o anonimato e o respeito aos limites do mesmo.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Como se deu no formato remoto, por vídeo chamada, o TCLE foi disponibilizado previamente, por e-mail. Todas as informações levantadas, por meio das entrevistas, foram guardadas protegendo a identidade de cada participante da pesquisa. Para isso, cada discente entrevistado foi devidamente identificado por meio de nomes fictícios.

MATERIAIS

Equipe de pesquisadores envolvidos: um professor e um estudante do curso de psicologia. Equipamentos necessários: computador, impressora, acesso a banco de dados e de bibliografia, biblioteca virtual da universidade, Internet, fone de

ouvido, entre outros.

5.2 Na avenida deixei lá, a pele preta é a minha voz¹²

A fala de Larissa relata uma experiência muito parecida com a minha, nesse processo de estar arrodado de pessoas que se consideram brancas, a gente realmente se sente diferente e desconfortável.

Desde pequena me via diferente, lá onde eu moro a maioria é assim branca, e não tem muitas pessoas negras e mesmo as que são negras, mas tem uma cor clara elas não se identificam como negras. Mas, quando eu estudava no ensino fundamental eu era a pessoa mais negra da turma, então eu me via diferente e as pessoas também me viam diferente. Mas, eu me entendia inicialmente como parda, não me identificava como uma pessoa negra. Só que aí, depois do passar do tempo, quando eu entrei na universidade, tive que utilizar as cotas, [...], então como eu não me identificava como negra, eu me identificava como parda, então eu entrei como parda na universidade. Aí, posteriormente, com o decorrer do tempo comecei a participar das oficinas que eram mais voltadas para as questões de etnias, aí fui mais me identificando mais como uma pessoa negra (LARISSA).

Isso vai se perpetuando desde o Ensino Fundamental até o Médio, e você fica sem saber quem realmente você é, até porque não estudamos a nossa história. Só depois que entrei na universidade foi que vim a entender quem realmente eu era, e qual era o papel do negro nessa sociedade. Esse processo de reconhecimento da nossa negritude aparece também no depoimento da estudante Dandara:

Na verdade, vem primeiro a descoberta, né? Eu acredito que eu me descobri realmente negra dentro da universidade, a UFAL, claro! Eu já tentei fazer outra faculdade que foi na UNEAL, assim que eu terminei o meu ensino médio, fiz pedagogia por dois anos, só que não foi como agora na UFAL, eu não sei se é meu curso que trabalha muito essa questão de identidade e tudo mais, que é serviço social. Mas, no princípio foi muito assustador, não que agora não seja, principalmente agora a gente sabendo da nossa realidade, né? Social, brasileira, do nordeste de Alagoas. Mas, foi como eu falei no começo, foi muito assustador e a gente se descobre, né? Todos os dias se descobre um pouco. Porque ser negro é se descobrir, ser resistente todos os dias, é estar aqui e resistir, quando eu acordo é

¹² MULHER do fim do mundo. Compositores: Rômulo Fróes e Alice Coutinho. Intérprete: Elza Soares. In: A Mulher do fim do mundo. Intérprete: Elza Soares. São Paulo: Natura Musical, 2015. 1 Cd; 1 Disco de Vinil (Lp); 1 Streaming [Download digital].

resistir, quando eu ia e pretendo ir a UFAL é resistência. E estar aqui falando com você é resistência. E tem sido um processo assim, muito engrandecedor, porque é uma coisa que não guardo só para mim, apesar de ser assim uma descoberta minha, eu não guardo só para mim, eu tento me fazer ser ouvida no caso, e é isso (DANDARA).

O depoimento chama a atenção para a construção social da identidade, pois, trata-se de uma construção cotidiana. Segundo Kilomba: “Enquanto o *sujeito negro* se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, tirano” (Kilomba, 2019, p. 34).

Sendo assim, a identidade não está dada, ela é tecida nas relações sociais. A fala da discente traz muito essa questão de lutar e de resistir, porque é algo cotidiano para o povo negro e, principalmente, para a mulher negra, visto que ela sempre vai carregar uma carga muito maior do que os homens, seja na universidade ou na vida social.

Tenho pouca vivência na universidade, e sou remanescente de uma comunidade quilombola, então tenho contato com associação, mas não dentro dos movimentos da universidade, mas nunca fui de falar. Na entrevista me perguntaram e eu falei que sou remanescente de uma comunidade quilombola Pau D`Arco, e se eu me via como negra e se eu estava nos movimentos.

Me vi um pouco acordada na UFAL, por ser questionada sobre os movimentos, e defender a fala. Para entrar na faculdade, eu entrei pelas cotas negras, passei por uma banca, que é com uma câmera, foi algo estranho para algumas pessoas na universidade por não me ver como negra e por passar por cotas. A minha etnia não está exatamente relacionada a minha cor, aí eu já desmistifiquei. E a menina que estava comigo era negra retinta e eu não tinha aquela cor, porém, eu tinha o nariz gordinho, os lábios rústicos, os cabelos cacheados, e eles pediram para mim soltar os cabelos. Na roda de conversa [...], percebemos que temos que nos considerar negras, porque o racismo vem do olhar do outro e o preconceito é o que você é e o que deixou de ser, e isso é racismo e eu sinto isso (CAROLINA DE JESUS).

Dessa forma, com essas falas, fica notório o quanto que a universidade se torna importante na formação da identidade, visto que muitos não sabem ou tem dúvidas de sua cor ou de sua origem. Além do mais, quando você entra em uma faculdade que discute e dá possibilidade de falar da questão racial, abre-se um leque de um pensamento que estava preso em opiniões que não eram suas, mas sim de terceiros, fazendo com que fiquemos cada vez mais prisioneiros de um conhecimento branco, causando dor e sofrimento. Porque, até então, nós sabemos

que tem algo de errado, porém, não sabemos como resolver e o Ensino Superior acaba abrindo caminhos, fronteiras e fazendo com que possamos nos reconhecer. Quando foi perguntado se eles/elas já sofreram preconceito na infância, a maioria respondeu que sim.

5.3 O mundo é colorido e a pele tem cor também¹³

A estudante Firmina e M.B.S afirmam:

Sim. Lembro bem que as ofensas que eram dirigidas a mim nas “arengas” de criança, eram sempre relacionadas a minha cor, ou a minha estrutura física (M.B.M.S).

Vários, principalmente na escola quando era criança na educação infantil, minha mãe e meu pai fizeram um grande esforço pra tentar me dar uma boa educação de qualidade. Então, eles se esforçaram para me colocar em uma escola particular na alfabetização. Então, os estudantes eram a grande maioria branca. Então, senti a diferença na escola com os colegas e como tratavam a mim e como tratavam os coleguinhas brancos. Com relação as brincadeiras, eles não queriam brincar e eu ficava fora (FIRMINA).

Desse modo, percebe-se como é difícil manter-se em um ambiente desse arrodado de preconceito e discriminação.

Na infância não, assim diretamente a minha pele não. Mas, meu cabelo não é um cabelo liso, é crespo, então deste sempre foi levado que meu cabelo era ruim, de uma textura ruim e tudo mais. Então, sempre tive uma ideia que é um preconceito com a violência da gente, sempre acho que o nosso corpo, nossa aparência é feia, errada, enfim, é mais com relação a isso, a pele não. A não ser na infância naquela fase mais afirmativa na escola, sabe? Das pessoas não se interessarem por mim, sempre tive rejeição de “não pode gostar do NILO”, porque eu percebia do fato por não ser branquinho como os outros meninos (NILO).

A fala do estudante Nilo traz muito essa parte de afirmação e violência enfrentadas no seu cotidiano, como o quanto foi difícil se manter na escola, vivenciando todo tipo de preconceito em relação ao seu estereótipo. Onde ele percebeu o que estava acontecendo, que era a rejeição por sua pele ou o próprio cabelo. Com isso, fico pensando que é muito difícil lidar com essas violências, visto

¹³ CLIPE animado “Mundo colorido”. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (3:07 min). Publicado pelo canal SEMAS Castanhal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-KoKd5ifqU>. Acesso em: 30 abr2022.

que, às vezes, sofremos indiretas, e é muito complicado ouvir, ver e não poder fazer nada, às vezes o que resta é chorar e desabafar consigo mesmo.

Dessa maneira, precisamos pensar qual é o papel da escola, pois, o ideal seria que ela fosse um local que priorizasse a igualdade para todos, onde deveria ter mais temáticas negras ou mesmo o próprio conteúdo da cultura e história afro-brasileira que está prevista na lei 10.639 de 2003.

O depoimento da estudante Mãe Menininha de OYÁ, também revela essa experiência traumática com o racismo.

Sim, sim, sim. Inclusive levar puxão de cabelos na rua, né? De pessoas que não conheço metendo a mão no meu cabelo. E isso são coisas que me incomodava, isso é uma forma violenta, né? Porque eu não ando metendo a mão no cabelo das pessoas, né? E as pessoas do candomblé não acontece, você não pode sair tocando em cabelo de uma pessoa do candomblé. Então, assim, as pessoas não sabem quem você é, não sabe suas crenças, religião e acha que tem direito sobre seu cabelo, seu corpo, para estar tocando, para ver a textura. Então, é isso, é muito marcante. A questão de turbante que é recorrente para mim é um processo muito complicado ainda, né? A sociedade não se acostuma, né? Com a cabeça coberta, não se acostuma com o volume do cabelo com a grandeza, né? Então o preconceito se apresenta dessa forma (MÃE MENININHA DE OYÁ).

Observa-se que o preconceito está enraizado na nossa sociedade, porque recebemos injúria racial desde a infância de uma forma velada com nossa cor, pele, cabelo e nariz. Sendo assim, com as falas de Nilo e Mãe Menininha percebe-se o quanto elas foram agredidas e julgadas por conta dos seus cabelos. Desse modo, uma forma de enfrentar esse racismo é incentivar a inclusão de temáticas sobre a história e a cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Diante disso, foi perguntado se os participantes tiveram alguma disciplina, no Ensino Fundamental ou Médio falando sobre a questão racial, ou se recordavam se algum professor havia comentado.

5.4 Permita que eu fale e não minhas cicatrizes¹⁴

Não mesmo! Se eu não me engano tem uma lei no ensino fundamental que foi implementada em 2003 ou 2008, coisa assim. Mas, eu não lembro não, muito pelo contrário, os livros falavam da

¹⁴ EMICIDA – AmarElo (Sample: Belchior – Sujeito de Sorte) part. Majur e Pablo Vittar. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (8:53 min). Publicado pelo canal Emicida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 19 abr. 2022.

nossa raça negra com muito preconceito, então na época não tinha (DANDARA).

A lei a que Dandara se refere na epígrafe acima é a Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade da efetivação de conteúdo relacionado à história e cultura afro-brasileiras. Com isso, fica o questionamento: Por que temos esse contexto onde a história do negro continua sendo negada nas escolas? Seria, então, o racismo estrutural, que está entrelaçado no nosso sistema. Vejamos o que Almeida (2019) vai dizer sobre o racismo:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 22).

Dando continuidade à questão racial na formação escolar, trago o depoimento da estudante Anastácia:

Não tinha, não que eu lembre, só no dia da consciência negra, né? Eles falam, tipo no meio do ensino médio. Eu acho inadmissível não ter lido Carolina de Jesus que é uma escritora extraordinária, uma mulher negra contemporânea de classe e ninguém fala dela, entendeu? não é uma leitura indicada (ANASTÁCIA).

O que Anastácia está falando remete à fala de Dandara, que relata a ausência de conteúdos voltados à cultura e história afro-brasileiras, e fica evidente o repúdio na fala dela sobre não estudarmos, ou melhor, não conhecermos Carolina Maria de Jesus. Então, é dessa forma que a nossa educação foi formada, para um público só, e com isso, temos que lidar com frases do tipo “você estão se vitimizando” ou, “isso é mi mi mi”. Será que isso é realmente vitimismo? Eu te faço um convite, se permita a conhecer a história do negro. Pensando nisso, fica evidente que existe uma grande dificuldade em estudar a nossa história, pois não a encontramos nos conteúdos escolares. Esse processo de negação tem raízes históricas: De acordo com Romão (2005):

A historiografia da educação ainda não tomou esta questão como um problema, mas podemos dizer que há uma certa crença de que a escola era uma instituição de caráter elitista e que era frequentada por uma população predominantemente branca (Romão, 2005, p. 93).

A universidade é vista como um lugar de conhecimento e de oportunidades para todos, mas, ela ainda tem os traços do preconceito, que muitos alunos trazem e o fortalecem dentro da instituição.

5.5 Amanhã vai ser outro dia!¹⁵

Perguntados/as se já sofreram preconceito na faculdade, foi relatado que:

Sim, na minha turma principalmente! Como assim essa menina é macumbeira e está na minha turma? Aí se benzia para mim. Isso é uma violência muito grande! Quando eu cheguei na universidade já tinha uma bagagem marxista, já tinha uma militância, né? Então, aos Poucos, fui me construindo como militância, né? Fui estudando os movimentos negros, fui tendo essa consciência, essa base, né? Então foi quando eu falei: sou uma mulher negra, de candomblé, eu me apresento dessa forma, quando você se afirmar dessa forma você ver os olhares. Como é estudar com uma mulher negra do candomblé? Existe alguma diferença? Porque o pessoal tem medo, pergunta muito, entende? Tem várias coisas que a gente não deve falar porque a branquitude rouba muito de nós, é a nossa crença que é sagrada. Então não é todas as coisas que podemos falar da nossa crença, nossos segredos, nossos mistérios, que cabe só a nós e ao nosso povo, né? Então assim, a questão da religiosidade é o que mais me incomoda nessa categoria, né? O pessoal não está acostumado a ver uma mulher negra, lésbica, de candomblé, se apresentar dessa forma. E falar sobre racismo na sala de aula, confrontando aquelas pessoas, expondo suas teorias, falando de Ângela Davis, Conceição Evaristo e as pessoas se incomodam quando falo de Simone de Beauvoir. A gente a estuda porque é importante sim, com certeza, né? Mas quando Angela Davis traz uma visão de um mundo, uma nova construção de sociedade, onde mulheres negras tem lugares de voz delas, mulheres negras pensando em uma nova construção social, isso incomoda, né? Porque não querem que caminhamos para libertação, mas isso para mim é o que mais me impacta (MÃE MENININHA DE OYÁ).

O que chama a atenção, nessa fala de Mãe Menininha de Oyá, é a postura afirmativa no enfrentamento do racismo. Essa discriminação, que vem com uma postura violenta, onde você precisa silenciar quem você é para ser aceito em um ambiente que também é seu, visto que você também lutou para ter essa conquista, para adquirir esse espaço. Como diz a cantora Bia Ferreira, na música *Cota não é Esmola* (2019): “E nem venha me dizer que isso é vitimismo. Não bota a culpa em

¹⁵ CHICO Buarque – Apesar de você [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3:58 min). Publicado pelo canal Gustavo Rio Preto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bGAJIOWUgHY>. Acesso em: 19 abr. 2022.

mim pra encobrir o seu racismo”. De acordo com Almeida:

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (Almeida, 2019, p. 23).

Nesse sentido, percebe-se que a discriminação acontece pelo poder, ou seja, a partir de uma dominação de uma minoria que acredita nos seus interesses e valores como únicos e que devem ser seguidos.

Retomando a questão do lugar da população negra na Universidade, a fala da estudante Firmina expõe que:

Sim. A minha história é marcada muito por esse lugar e de vários modos assim, tanto da forma macro, quanto estrutural de como as disciplinas são construídas, de como as aulas acontecem, de como vivencia. Nas, micro relações com os colegas na sala, por exemplo, tinha disciplina que eu tinha que fazer um esforço e gastar uma energia maior do que eu estava de costume para gostar da aula, porque, era como se eu quisesse provar para os outros o tempo todo que eu era inteligente, porque todos me olhavam e eu suponha que eu não era inteligente, e o modo como as pessoas me olhava. Já teve uma pessoa branca, que pegou meu caderno e falou: “nossa como seu caderno é cheio e organizado, não imaginava.” E eu ficava me perguntando: “você se imaginava que eu era uma pessoa que não escrevia muito e anotava as coisas e organizava meu caderno?” Ou a professora colocava uma discussão, e tal pessoa vinha falar: “olha, anota o que a professora vai falar desse texto.” Como se eu não soubesse, eu também estava aqui. É o micro, em violência estrutural, [...] que me fizeram trancar o curso, por exemplo, em 2018, por conta do racismo institucional e estou retomando agora (FIRMINA).

Com essa fala, fica nítido o racismo estrutural nas suas relações, até o ponto de a estudante ter de trancar o curso, por não suportar tamanha violência em achar que ela não teria condições de estar em uma universidade. Dessa forma, o racismo tem várias maneiras de acontecer, e uma delas é aparentemente sutil ou velada, em que acontece sem que a gente perceba, um exemplo disso é o discurso escutado pela entrevistada Anastácia: “[...] só poderia ser coisa de negro mesmo”. Em relação a isso, Almeida (2019) vai dizer que:

O racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais

formas de enfrentamento do problema (Almeida, 2019, p. 250).

A fala da estudante Anastácia também evidencia a discriminação racial presente no ambiente acadêmico:

Já sim, algumas vezes. Uma vez a gente estava em um evento, como aquele evento que a gente fica lá fora, e tal. Ai, eu arrumei as minhas coisas de papel para tirar fotos, aí saltou um: “Eita, como é? Tipo assim, coisas, invenção, só poderia ser coisa de negro mesmo.” Sabe, eu não entendi no momento essa questão. E outra situação a gente iria fazer uma encenação na sala, aí tinha uma empregada, aí o colega falou: “Tem que ser tu, sabe, tipo assim.” Até hoje eu não entendi o porquê, sabe? Tipo, eu não perguntei, tipo assim, porque eu sabia, mas dei por desentendida por questão que eu era a única negra do grupo, sabe? Foram essas duas questões que me fizeram pensar (ANASTÁCIA).

Esses relatos demonstram que alguns não se sentem bem na universidade, por esse ser um espaço onde se fala pouco sobre as temáticas raciais, causando um desconforto nos estudantes negros. Essa realidade encontrada é estrutural, pois está em toda instituição, que passa uma visão que o conhecimento tem nome e sobrenome.

Ao perguntar se os/as estudantes se sentem bem no espaço acadêmico, Olodum responde que:

Sim e não. Fico feliz porque era um sonho de estar em um ensino superior, sou agradecida por tudo que tive contato na faculdade, mesmo com as limitações que em Palmeira tem. Mas, fico triste por outras questões, tem hora que não dar para passar por despercebida, questão de estudos e grupos que você tem que estar. Então, tem coisa que não dar para ignorar, e as divisões são muito nítidas, as oportunidades dentro da universidade são escassas para os negros e isso é claro. Invalidação e no momento de me posicionar, aí as pessoas me olham e dizem que tem que ser assim. Tipo, tem pessoas que só elas é quem podem falar sobre o preto, não dando espaço para que outras pessoas pudessem falar (OLODUM).

Eu percebo e sinto as mesmas coisas que Olodum e Firmina estão relatando, em algum momento, comentei com um professor que não me sentia bem ao falar nas aulas, porque eu comecei a perceber alguns olhares diferentes quando começava a falar. É como se a gente não tivesse nosso lugar de fala, não estivesse ali. Vi poucos autores negros dentro da Universidade, principalmente na Psicologia.

Isso me deixa triste, tudo é limitado, talvez seria a hora da gente rever o “para quem eu estou falando?” Quem são as pessoas, seus grupos, suas culturas e começar a pensar em um novo ensino voltado para aquela determinada região. Não estou sugerindo acabar todo o PPP (Projeto Político Pedagógico), mas sim, fazer uma modificação onde fossem oferecidas oportunidades ao incluir uma maior diversidade de autores, sejam eles brancos, pretos e indígenas. Dessa forma, a gente quebrava essa questão de uns terem seu lugar de fala e outros não.

É uma pergunta complexa, eu me sinto bem nesse lugar do estudante, da pesquisa, da construção do conhecimento, me sinto bem e confortável. Mas, da universidade do jeito que é, não (FIRMINA).

O descontentamento desses estudantes foi marcado por dores e sofrimentos que muitas vezes ocorrem por serem silenciados, então, quando eles têm um momento de fala, eles acabam se libertando, é como se quisessem dizer: “eu estou aqui e sou um ser humano, e não me julgue pela minha cor e sim pelas minhas atitudes.” Eu ainda acredito que não basta só investir em educação, temos que trabalhar com a desigualdade em todos os aspectos, para que possamos construir um mundo melhor. Não vou mudar o mundo, mas, quero fazer parte da mudança.

A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (Ribeiro, 2017, p. 26).

Além disso, ao perguntar como eles visualizavam a faculdade não ter literatura negra, a resposta de Petra foi: “*Eu nem sabia que tinha que ter*”. Diante disso, percebe-se que a culpa não é dela por ter esse pensamento, temos que procurar entender o que está por trás de todo um conteúdo desde quando ela nasceu, que vem se perpetuando ao longo da sua jornada. Outros colegas foram mais enfáticos na sua resposta, afirmando que era algo absurdo não ter.

5.6 Olha moço, fique esperto que não sou menino!¹⁶

¹⁶ 14 de Maio. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo Vol. 1 vídeo (5:33 min). Publicado pelo canal Lazzo Matumbi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sQo8gKGdH2U>. Acesso em: 19 abr. 2022.

É como se nós não fossemos vistos na universidade. Existem autores negros e indígenas que podem contribuir para nossa construção do saber. Hoje especificamente na UFAL Palmeira, é visto muito pouco esse universo contemporâneo negro. A respeito, Maria afirma:

É um caso sério porque a gente como negro também publica artigos, livros, não são só brancos. E, tipo, isso tem que ser revisto, porque não dá, como assim negro não tem literatura negra na faculdade? Por que não tem? Isso também tem que ser visto! (MARIA).

Essa maior abertura à diversidade de fontes bibliográficas iria ajudar a desmistificar esse pensamento eurocêntrico que é implementado na educação.

Para mim é uma hipocrisia, né? Porque a Psicologia luta por igualdade pelo reconhecimento do ser, pela individualidade. Não temos que aceitar e proporcionar um ambiente de aceitação, muito respeito coletivo, e como assim? Cadê os escritores negros, os artigos de pessoas negras, os artigos de estudos de pessoas negras, né? Eu, Anastácia, como pessoa negra meu espaço é aqui, mas quando vai estudar só tem autores brancos, geralmente homens, né? Em contextos totalmente diferentes para mim, é o tamanho da hipocrisia (ANASTÁCIA).

Diante do que Anastácia trouxe, é importante chamar atenção para a questão da desigualdade, principalmente no contexto da Psicologia, que deixa evidente que precisa melhorar na reflexão acerca da questão racial, dando mais espaços para os autores negros.

Então, a minha opinião assim como outros assuntos, né? Relacionada a negritude, como eu já tinha falado da exceção da pessoa negra da faculdade, eu me sinto agredida, violentada. É porque, tipo, não faz sentido a pessoa negra também fazer parte dessa sociedade e porque ela não está ali. Então, eu fico me perguntando o tempo todo, quando eu chego em algum lugar, já olho imediatamente quantas pessoas negras têm ali, na faculdade ou em qualquer outro ambiente que eu estiver, principalmente nos eventos eu fico observando nos grupos de estudos da UFAL (DANDARA).

Nessa perspectiva, Dandara se sente violentada, porque, para ela estar naquele espaço com pessoas brancas estudando somente autores brancos, faz com que ela se sinta em um ambiente que não é seu. Eu já estive em grupos de conversa na UFAL, onde a maioria dos participantes eram brancos, aí você fica até

constrangido de falar dessa discriminação, com medo de ofender alguém, pois, você ali é minoria naquele espaço. Sobre educação, Mãe Menininha de Oyá fala que:

Absurdo! Em outros Estados encontramos matérias obrigatórias, mas é algo que devemos questionar porque é necessário. Porque, veja só, falamos de Marx em serviço social, né? E, por que não pegamos os textos de Ângela Davis, que é marxista? Então assim, por que não se lê autores negros? A gente precisa sair disso, são essas amarras que deixam a gente sem ler, a gente só consome o europeu, isso seja no ensino fundamental ou médio, né? A gente consome dessa literatura que não é nossa realidade, né? Então, assim, a gente tem que ler a nossa história, né? O que é nosso continente africano? Eu digo dessa forma, é burrice a gente achar que existem a pena uma cultura e uma crença a ser seguida, isso não existe mais, né? Então não existe só aquela coisa, que só existe essa e todos vão ter que seguir, se não seguir serão pessoas excluídas da sociedade, isso não existem mais, né? Então foi assim, muito foi roubado de nós, a literatura é algo que assusta a branquitude, porque a branquitude não quer que a gente leia autores negros, né? Porque quando a gente lê ou escreve, a gente caminha para a nossa libertação. Então, quando a gente estuda o genocídio do povo negro, né? A branquitude estremece, né? Então é isso, a gente tem que ler, questionar, porque a gente está nas amarras da essência europeia (MÃE MENININHA DE OYÁ).

A entrevistada traz um importante questionamento e ao mesmo tempo provoca a nossa reflexão: Porquê temos que estudar apenas essa literatura que não é nossa e sim que foi implantada com toda uma carga colonial. Além disso, ela faz uma crítica do porquê estudamos Marx e não Angela Davis.

É um negócio que me deixa incomodada, é muito complicado como te falei, tem relação epistemológica que não tem porque estudarmos, é coisa só de branco, escrita por pessoas brancas. Ficamos aqui na academia e somos formados por pessoas brancas, atrás do pensamento e visão do mundo formados por pessoas brancas. Somos pessoas negras e obrigados a pensar como eles. Há centenas de anos nos escravizaram, e como é que a galera quer que pensamos através das ideias e da cabeça deles? (FIRMINA).

Percebe-se que o mundo acadêmico ainda está dominado por um pensamento muito colonizado. Ou seja, um pensamento eurocêntrico que nos impede de questionar quem somos, porque, até hoje o país não foi descolonizado. Observa-se que esse ensino branco começa no Ensino Fundamental, se arrastando até o Ensino Médio, finalizando na universidade, fazendo com que muitos negros venham a entender essa exclusão somente na universidade. Conforme a discente

M.B.M.S. diz, estamos perdendo, e muito, estudando algo que não é nosso.

Então, temos que nos perguntar até que ponto esse colonialismo está sendo benéfico para essa ampla parcela da população, que não se reconhece no mundo literário, que se perguntam o porquê que estão estudando só autores brancos. Desse modo, entra o ponto chave, que é quebrar o monopólio da bibliografia europeia e trazer o que é nosso, pois, também temos pensadores e escritores negros que podem contribuir com a formação do ser.

5.7 A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar!¹⁷

O estudo quis saber qual é a opinião dos estudantes da UFAL Palmeira dos Índios em relação à lei de cotas, pois, vem acontecendo grandes debates ao seu respeito, mostrando pessoas que são contra o sistema de políticas afirmativas. Elas usam um discurso de que as cotas tiram a oportunidade de “outras pessoas” entrarem na universidade. Esse tipo de argumento reproduz uma forma de discriminação com o povo negro, indígena e aos pobres, ficando evidente o quanto é grande a desigualdade nesse país, que demonstra para quem as oportunidades devem ir. Desse modo, percebe-se como o racismo é algo vivo se atualiza a cada momento histórica. A estudante M.B.M.S, afirma que:

Eu sou a favor, inclusive, foi o que me possibilitou ingressar na universidade e acho que ainda vai levar um tempo para que as pessoas entendam o real significado das cotas, pois, não é “uma vantagem” para os negros ou as demais pessoas que tem direito a elas e sim uma questão de equidade, é dessa forma que eu vejo, resumindo bem o extenso assunto (M.B.M.S).

A estudante acredita que, ainda vai levar um tempo para que as pessoas entendam o significado das cotas. Isso, porque nós ainda estamos presos em um sistema racista. Almeida (2019, p. 41) argumenta:

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros

¹⁷ MILTON Nascimento - Encontros e despedidas. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (3:32 min). Publicado pelo canal sergioeye1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FiLYn6Xkn8U>. Acesso em: 26 abr. 2022.

oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações.

Diante disso, somos a todo momento estereotipados pelas mídias. Por mais que a discente M.B.M.S tenha relatado que é a favor das cotas, grandes parcelas vão usar informações racistas para dizer que não deveria ter cotas. Dessa forma, essas falsas notícias fazendo com que as pessoas acreditem que as cotas são um privilégio para nós negros e que todos são iguais, sendo que isso é um discurso mentiroso.

Eu sou a favor, porque eu entrei com as cotas. Acho que tem muitas coisas para melhorar, mas acho que já ajudou de mais a equilibrar as coisas. Ver pessoas terminando o curso principalmente em Palmeira que nitidamente é branca. Sou a favor, mas tem que melhorar para que outras pessoas possam entrar em outros cursos e ter condições para ficar financeiramente e psicologicamente. As cotas são violadas e tem que ser melhoradas (CAROLINA DE JESUS).

Percebe-se, com a fala de Olodum, a preocupação para que as cotas sejam melhoradas, pois, existe uma preocupação real, referente às necessidades de mudança na estrutura da política de cotas, uma delas seria melhorar as ações de permanência dessa população na Universidade.

Então, para muitos, cotas se torna privilégio porque “onde já se viu negros cursarem Psicologia, Medicina ou outro curso?”. Ademais, Olodum fala algo muito importante, que é o caso de se manter na universidade, principalmente nesses espaços que são formados para pessoas brancas. Uma vez que existem pessoas que passam dificuldades financeiras, e poucas opções aos auxílios da faculdade, isso mexe com o psicológico do aluno.

Eu sou super a favor, entrei na universidade através do sistema de cotas. Eu acho que tem as críticas ao sistema, que deveria existir até os fins dos tempos, e se isso existisse, isso significava que o sistema de educação continuava falho. Mas, enquanto nossa educação for falha, racista e classista, acho que o sistema deve existir (FIRMINA).

Segundo Oliveira (2022, p. 28), para compreender a complexidade desse tema, é necessário olhar a formação sócio-histórica brasileira. Esta, “[...] é de suma importância para entendermos as políticas de cotas como uma política pública que busca realizar uma reparação histórica”. A fala de Mãe Menininha endossa o

argumento do autor:

Extremamente necessário, certo? Extremamente necessário! Existe uma lei, o estado ele está confirmando, né? Quem ele é, né? Então é muito difícil a gente chegar a tal universidade, é muito difícil. E a gente precisa estar na universidade, a gente precisa ocupar a universidade, né? Então, se a sociedade, o estado não fosse o povo negro a gente não teria cotas. Mas, como a sociedade ensina de todas as pessoas, de todo os ancestrais morrem. Então tem que ter o sistema de cotas, porque a gente precisa chegar as universidades, a gente tem que ocupar as universidades que não é fácil entrar, não é fácil sair, não é fácil permanecer, mas é necessário (MÃE MENININHA DE OYÁ).

Segundo Ribeiro (2017, p. 48), as pessoas “[...] possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade”. Ademais, é importante perceber que os sistemas de cotas são políticas de reparação, que foram criadas para tentar minimizar a desigualdade, dando mais oportunidades para que o povo negro possa ocupar um lugar nas universidades que também é nosso, ou seja, que eles possam ter esse lugar de fala, que é tão importante para o crescimento individual e coletivo.

Importantíssimo! Eu acredito que não seja o suficiente, né? Para a exceção das pessoas negras, não só as pessoas negras mais os oriundos que estão surgindo agora como os travestis e tudo mais. Mas, eu acredito que na questão racial negra que é o seu TCC, né? Eu acredito que ele é muito importante como eu falei. Não suficiente para se reparar a história que houve no mundo, principalmente no Brasil. As políticas de cotas elas não se esgotam, não são suficientes, eu acredito que esse TCC, que você está fazendo, ele vai ajudar muito nesse debate, nessa questão, porquê é necessário trazer essas questões para que pessoas negras, como nós, termos mais acesso, ter mais conhecimento, primeiramente para reivindicar os nossos direitos. Assim, ela realmente é importante, tem pessoas que acham que as pessoas negras são incapazes, mas se a gente for realmente analisar e estudar direitinho, vai ver que é necessário (DANDARA).

A fala de Dandara traz uma reflexão muito importante em relação às cotas, pois, ela aponta que ainda não é o suficiente para que mais negros tenham acesso às universidades, pois é preciso ir além disso, sendo necessário proporcionar um espaço mais igualitário. Temos que observar que estão adentrando nas faculdades pessoas que são vistas socialmente como minorias. Por isso, precisamos pensar

como as instituições estão se preparando para receber tais sujeitos com diferentes características. Sendo que o problema não está só em entrar, mas sim, em permanecer, por esse motivo, ela fala que as cotas não são suficientes.

Além disso, temos que debater sobre como melhorar essa visão do que é igualdade para todos. Pensando nisso, ela enxerga essa pesquisa como um avanço para que possamos fazer uma reflexão em que mundo nós estamos, em que muitos veem as cotas como algo incongruente? Bia Ferreira, na canção *Cota não é Esmola* (2019), fala que: “Experimenta nascer preto/pobre na comunidade/Cê vai ver como são diferentes as oportunidades/E nem venha me dizer que isso é vitimismo, hein/Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo/Existe muita coisa que não te disseram na escola”.

Desse modo, a canção nos faz refletir sobre o significado das cotas como políticas de reparação na letra de sua música, pois ela é importante para promover o acesso as pessoas que foram desfavorecidas desse direito.

Eu acho super necessário, e ainda acredito que é pouca em relação ao que a gente sofreu e o que os antepassados sofreram, né? Mas, é uma forma de tentar apaziguar, tentar reverter um pouco as diferenças que foram trazidas ao decorrer, ao longo dos anos. Eu acho necessária, sim, e é pouco, né? Era bom se tivessem mais políticas públicas voltadas para os negros (LARISSA).

De acordo com Pinheiro (2020, p. 52 *apud* Oliveira, 2022, p. 29) “A política de cotas faz parte de um conjunto maior de ações, chamado de ações afirmativas”. As cotas representam um sistema de reparação que vem tentando corrigir todo um processo de sofrimento que foi deixado pela história, processo esse a que a população negra foi submetida. Dessa maneira, a dívida que esse país tem com meu povo jamais vai ser paga com cotas, porque elas são uma forma de amenizar a situação. Mesmo nós, nas universidades, ou em outro cargo público, ainda vamos receber repreensão, e os que não conseguem ocupar esses espaços vão receber qualquer tipo de sofrimento ou injúria racial.

Eu sou a favor que tenha esse lugar, essa, como eu posso dizer, que seja exigido assim, é esse lugar para todos os negros porque poderia ser mais. Mas, tipo, é importante que a gente esteja nesse lugar, é importante que a presença negra tenha nesse ambiente, na educação, na faculdade, é essencial (MARIA).

Não tem como tematizar o lugar de fala sem lembrar de Djamila Ribeiro (2017), pois, remete-se logo ao empoderamento do lugar de fala que todos nós temos que ter, principalmente na universidade, que é um espaço de construção de pensadores em busca de uma nova sociedade, que permita dar oportunidades para todos, sem diferenças raciais ou de gênero. Segundo Ribeiro (2017, p. 32): “Todos os caminhos percorridos até aqui foram importantes para que pudéssemos ter um maior entendimento do que é lugar de fala”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou mostrar como o racismo e o preconceito continuam vivos e a forma como ele foi implementado na nossa sociedade, desde as capturas no século XVII até o fim do século XIX, se perpetuando até os dias atuais. Seres humanos que foram submetidos aos piores castigos e humilhações. Fomos a primeira moeda brasileira e a carne a ser comercializada. Assim, essa discussão torna-se necessária, para que nunca possamos esquecer de que a construção de nossa vida existe porque os nossos passos vêm de muito longe.

Trazer esse debate para a UFAL Palmeira dos Índios é de grande relevância, nos possibilitando questionar sobre as dificuldades da população negra em ocupar seus lugares de fala nos cursos de Psicologia e Serviço Social. Talvez, uma das principais problemáticas seja a falta de conhecimento da nossa própria identidade. Uma das formas de enfrentar esse desconhecimento seria a implementação efetiva da lei 10.639/2003 no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Com isso, teríamos mais legitimidade ao enfrentamento do racismo e do preconceito, que ainda nos impede de adquirir e ter acesso à nossa história.

Esse trabalho pode possibilitar uma grande contribuição, não só para a UFAL Palmeira dos Índios, mas para toda a sociedade, por possibilitar ao leitor percorrer uma viagem, entendendo de onde tudo começou: as capturas, as privações nos porões dos navios, sua chegada ao Brasil, a abolição e a pós- abolição, a negação ao ensino aos negros; e, também, possibilita entender quem foram os grandes personagens, aqueles que tiveram enorme importância para o crescimento desse país, fazendo com que, hoje, o negro Adeildo pudesse escrever e estar em um curso onde a maioria é branca, e tendo forças para dizer: aqui também é meu lugar de fala!

Além disso, esse trabalho traz a voz e opinião dos estudantes dos cursos de Psicologia e Serviço Social, suas vivências e reflexões sobre o racismo, cotas e a importância de ocupar esse espaço de conhecimento. Para que, assim, esse lugar possa pertencer a nós e não só à população branca, porque a ciência é para todos, e é isso que busco propor aos leitores com esse trabalho, um olhar mais profundo para a realidade em que a UFAL Palmeira dos Índios se insere. A pesquisa revelou a importância de discutir o racismo estrutural. Sobre essa temática:

A tese central é a de que *o racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (Almeida, 2019, p. 15).

Uma coisa que ficou explícita nesse trabalho é que o racismo e o preconceito continuam vivos na universidade como um sistema de repressão, seja pela cor, religião ou cultura, fazendo com que pensemos: por que tanto racismo com um povo que foi tanto humilhado para o crescimento desse país?

Apesar disso, existe uma juventude negra ocupando as universidades, fazendo a transformação nessa estrutura. Essa é a resistência de um povo que continua a dizer: “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Os depoimentos que eu descrevo dos estudantes dos dois cursos deixam claro que esse espaço é para todos e deve atender às demandas da população negra. Vale destacar, por fim, a existência de conquistas recentes, como a interiorização do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - Campus Arapiraca, que hoje está com sua sede na Unidade Palmeira dos Índios. Então, nós estamos crescendo nesse movimento de questionar o racismo em um território negro e indígena. Como já dizia o Movimento Negro Unificado (MNU): “Quando a senzala estuda, a casa branca se assusta”.

REFERÊNCIAS

A carne – Elza Soares (Videoclipe Oficial). [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (4:49 min). Publicado pelo canal Elza Soares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 19 abr. 2022.

A grande aposta | podcast do projeto Querino | por Tiago Rogero. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (58:11 min). Publicado pelo canal Radio Novelo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t0FoqShWVJM&ab_channel=R%C3%A1dioNovelo. Acesso em: 11 out. 2022.

ALBUQUERQUE, W.R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, A. B. A.; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 45, n. 158, pp. 858-881, dez. 2015.

BIA Ferreira - Cota não é esmola. [S.l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (6:41 min). Publicado pelo canal Sofar Latin America. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcQLaoHajoM>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **História da Educação do Negro e outras histórias**. ROMÃO, J. (Org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

CARTOLA - As rosas não falam – Agenor de Oliveira. [S.l.: s.n.], 2014. 1 vídeo (2:53 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5j3QjEk-6c0>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CHICO Buarque – Apesar de você. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3:58 min). Publicado pelo canal Gustavo Rio Preto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bGAJIOWuGHY>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CLIQUE animado “Mundo colorido”. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (3:07 min). Publicado pelo canal SEMAS Castanhal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-KoKd5ifqU>. Acesso em: 30 abr. 2022.

COMO as cotas funcionam nas universidades?. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (12:13 min). Publicado pelo canal Stéfany Arcanjo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VrZh_EzIRuY. Acesso em: 21 out. 2021.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293- 303, maio/ago. 2008.

DONA Isabel Que História é Essa. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (2:44 min). Publicado pelo canal La Laue – Capoeira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BGPg37v2IUA>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ELZA Soares - Mulher do Fim do Mundo (Clipe Oficial). [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (5:02 min). Publicado pelo canal Elza Soares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6SWIwW9mg8s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

EMICIDA – AmarElo (Sample: Belchior – Sujeito de Sorte) part. Majur e Pablllo Vittar. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (8:53 min). Publicado pelo canal Emicida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 19 abr. 2022.

FERREIRA, I. D.; GUIMARÃES, C. H. S. A efetividade das cotas raciais no ensino superior público no Brasil frente a lei N° 12.711/2012. **Revista do Curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa/UBM**, Barra Mansa, RJ, v. 6, n. 1, pp. 95-110, jul. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Estrutura organizacional**. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 05 abr. 2021.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: LUZ, M. T. (Org.). **O lugar da mulher negra**: estudo sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, pp. 247-268, março/2003.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, G. **Memória da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MILTON Nascimento - Encontros e despedidas. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (3:32 min). Publicado pelo canal sergioeye1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FiLYn6Xkn8U>. Acesso em: 26 abr. 2022.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, C. M. I. *et al.* A influência da forma de apresentação dos enunciados no desempenho de alunos surdos na resolução de problemas de estruturas aditivas. **Educação Matemática Pesquisa**: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em Educação Matemática. [S.L.], v. 21, n. 5, pp. 110-120, 6 nov. 2019.

OLIVEIRA, I. A. de; MAIA, L. M.; LIMA, T. J. S. Cotas raciais na universidade: uma revisão integrativa da psicologia brasileira. **Subjetividades**, v. 20 (Esp1), 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e9337/pdf>. Acesso em: 3 dez. 2021.

OLIVEIRA, S. S. **O acesso ao direito à educação**: a trajetória das políticas de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46326>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da (Org.). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PINHO, V. A.; PARENTES, F. A. As Leis nº. 10.639/03 e nº. 11.645/08: dos marcadores sociais da diferença à formação de professores indígenas e negros. **Colloquium Humanarum**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 123-137, 1 set. 2018.

RACISMO Estrutural. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (12:51 min). Publicado pelo TEDx Talks. Disponível em: https://www.Youtube.com/watch?v=_cCqIYedyig. Acesso em:

21 out. 2021.

RACISMO velado: o racismo no Brasil segundo Florestan Fernandes. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (5:28 min). Publicado pelo canal Evolucionar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4CpZFGOU6nM&t=39s>. Acesso em: 13 mar. 2022.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

ROCHA, D. Teatro experimental do negro: a tragicidade de um relacionamento inter-racial em sortilégio (1951), de Abdias do Nascimento (1914-2011). **Moringa**: arte do espetáculo, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 313-339, jul./dez. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/ASUS/Downloads/TEATRO_EXPERIMENTAL_DO_NEGRO_.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

SANTOS, A. O. *et al.* A História da Educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no Século XIX. *In*: XI Congresso Nacional de Educação - Educare. **Anais [...]** Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pp.20856-20869, 2013.

SANTOS, M. A. da S. **Um estudo da saúde da população negra na comunidade quilombola Pau d'arco-AL**. 2020. (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2020.

SILVA, K. J. **A questão racial em alagoas e o processo de invisibilização da população negra**. 2020. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas. Palmeira dos Índios, 2020.

SILVA, L. M. do N. da. **Desigualdade racial no Brasil**: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira. 2020. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, M. de F. B. da. Diálogos interculturais e as potencialidades da lei 11.645-08: outros espaços de aprendizagens, outras leituras de mundo. **Teias**, v. 20, n. 56,

jan/mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.33073>. Acesso em: 20 Dez. 2021.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, pp.219-246, novembro/ 2002.

ZUMBI. Compositor: Jorge Ben. Intérprete: Jorge Ben. *In*: A TÁBUA de Esmeralda. Intérprete: Jorge Ben. Rio de Janeiro: Phonogram, 1974. 1 Disco de Vinil.

ANEXO A - FOTOS

Figura 3: Terreiro para colocar o café: Fazenda Encantada (Bom Conselho - PE).



Fonte: Martins (2022).

Figura 4: Casa do senhor Valdemar Guedes, proprietário das terras que meu povo trabalhava, na colheita de café e no campo.



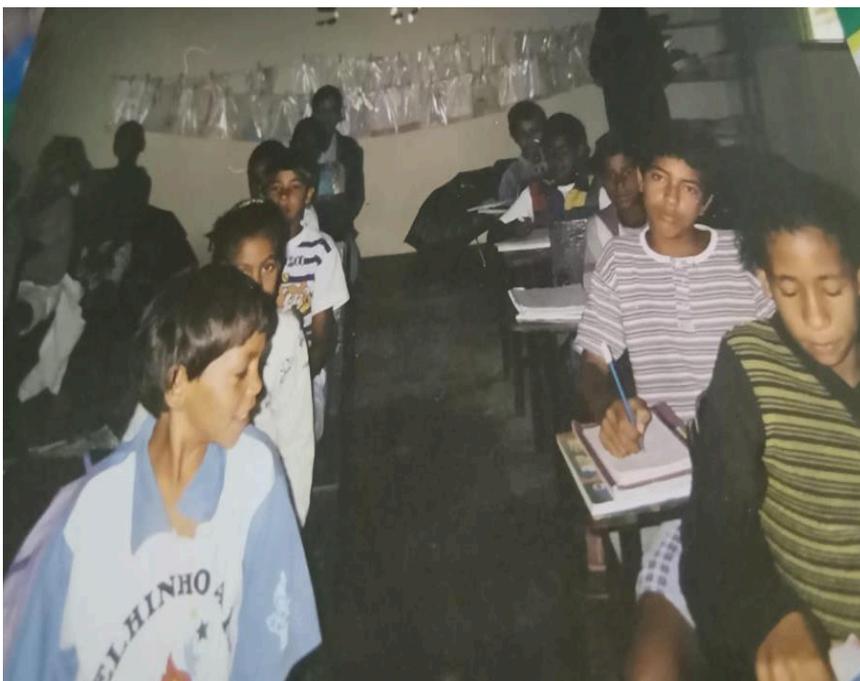
Fonte: Martins (2022).

Figura 5: Foto da escola onde estudei. Comunidade Quilombola Amargoso (Bom Conselho-PE), 1988.



Fonte: Acervo do autor (1988).

Figura 6: Foto da sala de escola. 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª séries do Ensino Fundamental. Todos juntos para uma única professora.



Fonte: Acervo do autor (s/d.).

Figura 7: Foto atual da escola que estudei. Com destaque para o nome da escola, em homenagem à esposa do fazendeiro que meu povo trabalhava.



Fonte: Acervo do autor (2022).

Figura 8: Imagem do meu Quilombo Amargoso.



Fonte: Acervo do autor (s/d.).

Figura 9: Imagem da frente da UFAL - Palmeira Dos Índios.



Fonte: Ferro (s/d.).

Figura 10: Estacionamento da UFAL - Palmeira Dos Índios.



Fonte: Ferro (2022).

Figura 11: Imagem do jardim da UFAL em 2019.



Fonte: Nascimento (2019).

Figura 12: Imagens do jardim da UFAL em 2023.



Fonte: Ferro (2023).

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- Nome:
 - Idade:
 - Formação:
 - Tempo de Graduação:
- 1) Como foi o processo de aceitação de ser negro/a?
 - 2) Já sentiu resistência na família ou amigo ao se afirmar negro?
 - 3) Lembra-se se na infância sentiu algum tipo de preconceito?
 - 4) Na infância algum professor falou da questão racial, ou tinha alguma disciplina voltada para os negros/as?
 - 5) Como é sua convivência com as pessoas de casa?
 - 6) Como você se sente ao vivenciar algum tipo de preconceito?
 - 7) Qual sua opinião em relação a lei de cotas?
 - 8) Como você se sente em saber que a faculdade é voltada para a população branca, em um país onde 51% da população é negra?
 - 9) Se sente bem nesse espaço (na faculdade)?
 - 10) Você já se afirmava negro, ou isso só veio acontecer depois que entrou na faculdade?
 - 11) O que mais te incomoda na faculdade como negro/a?
 - 12) Já sentiu preconceito na faculdade?
 - 13) Qual a sua opinião ao saber que na faculdade não tem literatura negra?
 - 14) Já teve medo de sair de casa por ser negro?
 - 15) Já pensou em desistir do curso? Sim ou não e por que?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “**A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGROS NA UFAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**”, recebendo do Professor Orientador Sr. Dr. Mayk Andreele do Nascimento, do graduando e pesquisador José Adeildo Teixeira dos Santos e da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios, as seguintes informações a respeito da sua participação nesse projeto:

1. O estudo se destina a compreender, a partir de uma pesquisa de campo, qualitativa, quais são os fatores que dificultam a entrada e permanência dos estudantes negros/as na universidade, e entender o porquê dessa escassez de negros/as nesse ambiente.
2. Este estudo visa demonstrar a importância da comunidade negra na universidade e investigar os fatores que dificultam sua entrada e permanência nesse âmbito, realizando uma discussão sobre esta temática, a partir de uma perspectiva da psicologia, de uma forma crítica e comprometida com a realidade;
3. Essa pesquisa tem como objetivos específicos, os seguintes:
 - Investigar quais são as dificuldades encontradas pelos estudantes negros/as durante sua formação, e quais são as estratégias para lidar com essas dificuldades;
 - Compreender como se deu o processo de aceitação e afirmação da própria negritude entre os estudantes do curso Serviço Social e de Psicologia;
 - Investigar a presença do racismo institucional na formação acadêmica dos estudantes.
4. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: possibilitar a compreensão, análise e reflexão sobre a vivência do estudante negro/a na Universidade Federal de Alagoas, Unidade de Palmeira dos Índios, enfatizando a importância do negro/a se inserir em um espaço ocupado predominantemente por brancos.
5. A coleta de dados começará em junho de 2021 e terminará em agosto de 2021.
6. O estudo será feito da seguinte maneira: produção de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e individuais, no formato remoto, via vídeo chamada, com quatro participantes, sendo esses, estudantes negros/as da Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, oriundos do Curso de Psicologia e Serviço Social. As entrevistas serão audiogravadas, e em seguida, transcritas, com o seu consentimento. Também será requisitada sua permissão para tornar pública a audiogravação.

7. A sua participação será nas seguintes etapas: entrevista individual, remota, visando oferecer uma narrativa de cunho exploratório com a pretensão de investigar a vivência do estudante negro/a da universidade; considerando que não são possíveis outros meios para se obter os mesmos resultados.

8. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são mínimos, pois a participação na pesquisa pode suscitar lembranças desagradáveis, assim como sentimentos de: vergonha, timidez, que poderão surgir devido ao tema que será discutido. Para evitar esses possíveis incômodos, buscarei fazer com que o participante se sinta à vontade para falar, ressaltando a questão do sigilo e adotando uma postura acolhedora durante a entrevista.

9. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: possibilitar a construção de dados sobre a vivência do estudante negro na universidade, levando esse debate para o meio acadêmico;

10. Caso ocorra algum incômodo, você poderá contar com a seguinte assistência: a Clínica-Escola de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, da Universidade Federal de Alagoas, sendo responsável(is) por ela a docente Fernanda Cristina Nunes Simião;

11. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;

12. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo;

13. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização;

14. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você. Pois não haverá ressarcimento, uma vez que não será preciso desembolsar nenhuma quantia para participar dessa pesquisa;

15. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal);

16. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos e

Eu,
tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.